Edla Eggert
Márcia Alves
Sara Campagnaro



O AMOR TUDO CRÊ, TUDO SUPORTA?

CONVERSAS (IN)DOCENTES

EDUNISC

O AMOR TUDO CRÊ, TUDO SUPORTA?

CONVERSAS (IN)DOCENTES

UNISC
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Reitora
Carmen Lúcia de Lima Helfer

Vice-Reitor
Rafael Frederico Henn

Pró-Reitor Acadêmico
Rolf Fredi Molz

Pró-Reitor Administrativo
Dorivaldo Brites de Oliveira

EDITORA DA UNISC
Editora
Helga Haas

COMISSÃO EDITORIAL
Helga Haas - Presidente
Adilson Ben da Costa
Carlos Renê Ayres
Cristiane Davina Redin Freitas
Hugo Thamir Rodrigues
Marcus Vinicius Castro Witczak
Mozart Linhares da Silva
Rudimar Serpa de Abreu



EDUNISC

Avenida Independência, 2293
Fones: (51) 3717-7461 e 3717-7462
96815-900 - Santa Cruz do Sul - RS
E-mail: editora@unisc.br - www.unisc.br/edunisc

Edla Eggert
Márcia Alves
Sara Campagnaro

O AMOR TUDO CRÊ, TUDO SUPORTA?

CONVERSAS (IN)DOCENTES

Santa Cruz do Sul
EDUNISC
2021

© *Copyright*: das autoras
1ª edição 2021
Direitos reservados desta edição:
Universidade de Santa Cruz do Sul

Capa e ilustração do cadeado: Rodrigo Freese Gonzatto
Editoração: Clarice Agnes
Revisora: Profª Drª Ana Marcia Martins da Silva (PUCRS)

O presente livro foi produzido com recursos do Programa de Excelência Acadêmica – PROEX da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

E29a Eggert, Edla
O amor tudo crê, tudo suporta? : conversas (in)docentes [recurso eletrônico] / Edla Eggert, Márcia Alves, Sara Campagnaro. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2021.

Dados eletrônicos.
Modo de acesso: www.unisc.br/edunisc
ISBN 978-65-88564-06-6

1. Identidade de gênero na educação. 2. Educação de base. 3. Feminismo e educação. I. Alves, Márcia. II. Campagnaro, Sara. III. Título.

CDD: 306.43

Bibliotecária responsável: Muriel Thürmer – CRB10/1558



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Aline Lemos da Cunha Della Libera | 6

ENTREATO CONCEITUAL | 9

INTRODUÇÃO | 18

1 OS CATIVEIROS E A SERVIDÃO VOLUNTÁRIA | 22

1.1 Os cativeiros e suas marcas em todas as mulheres | 22

1.2 A servidão voluntária: aprendizagem de todas as mulheres | 30

2 AS MULHERES E A *MADRESPOSA* | 36

2.1 Ainda o patriarcado para a leitura de mundo | 36

2.2 A maternidade: entre o determinismo biológico e a construção histórica do patriarcado | 41

2.3 A construção histórica do amor na relação conjugal: a submissão/servidão voluntária | 46

3 O AMOR ROMÂNTICO CONSUMIDOR DA ENERGIA VITAL | 51

3.1 O pensamento mágico, a consciência ingênua e a consciência crítica | 53

3.2 A energia vital consumida para a manutenção da vida dos outros | 57

3.3 A docência e a força da energia vital criativa no coletivo | 59

4 ESTRATÉGIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS NO ENFRENTAMENTO DO SEXISMO | 61

FINALIZAR PARA ABRIR O CADEADO | 75

REFERÊNCIAS | 79

APRESENTAÇÃO

Aline Lemos da Cunha Della Libera[1]

Quais os entendimentos sobre o amor vigentes na atualidade? Quais as implicações desses entendimentos para a vida das mulheres? Quem se beneficia, de fato, da perspectiva do amor romântico? Que aspectos do romantismo "cativam", provocando-nos a pensar sobre os múltiplos sentidos para este verbo?

A complexidade dessas questões abordadas pelas autoras nos move à leitura e à reflexão. Em primeiro lugar, os conceitos trazidos ao debate fazem parte das preocupações e ocupações das intelectuais feministas, na tentativa de exporem à comunidade acadêmica a necessidade de ampliar a compreensão conceitual, com base na luta histórica das mulheres e de sua produção criativa. Por este caminho, entendemos a impossibilidade de permanecermos alheias às mostras cotidianas de que esta luta segue, com agenda que se consolida para o direito à educação, ao trabalho, à moradia, à terra, à vida... e que se faz imprescindível para a democracia plena.

O avanço da onda ultradireitista, na sociedade brasileira e no mundo, alerta para o retorno de pautas que, talvez, tenhamos pensado como superadas. A discussão sobre gênero e sexualidade no campo educacional, no âmbito das instituições de ensino, contida em documentos oficiais nas últimas décadas, passa a ser suprimida nos textos legais e, sobre ela, se colocam marcas de "indecência" e "perversão". Sendo assim, se pensamos na educação básica e na prevalência das mulheres na docência nos níveis da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, como apontam as autoras deste livro, facilmente se faz perceber que estão amalgamadas concepções sobre as mulheres e sua tendência ao pecado. Não é possível, como feministas e acadêmicas, ignorarmos a perversidade dessas acusações, nas quais as professoras se tornam alvos de denúncias e de escândalos por simplesmente cumprirem seu dever pedagógico e político de ampliar o debate sobre o respeito aos seres humanos, sua condição, sua orientação sexual e sua identidade de gênero – adequando-o indubitavelmente à faixa etária dos/as estudantes. Ainda cumpre expressar que o fundamentalismo religioso, associando-se a esses discursos que cerceiam a liberdade de cátedra, é difundido como liberdade de expressão, sendo, visivelmente, ao contrário, discursos de ódio e de disseminação de mentiras. Gran-

1 Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisinos, Professora da Faculdade de Educação - FACED da UFRGS desde 2011, Vice-Diretora da FACED (2020-2024). Membro da coordenação Colegiada do Fórum Estadual de EJA.

des desafios!

As autoras, debruçando-se sobre o patriarcado, o amor romântico, os estudos feministas, os estudos de gênero, a hermenêutica feminista e a educação (entendo que a não apresentação deste último conceito seja proposital, a fim de garantir que seja transversal a todos os demais) – seguindo as inspirações de mulheres que se dispõem a enfrentar o machismo e todas as formas de opressão – compartilham um livro que sistematiza os estudos realizados por elas e motivam a que outros debates sejam promovidos. Retomam, além dos conceitos abordados pelas diferentes teóricas com as quais dialogam, análises que fazem cotidianamente como mulheres atravessadas por essas questões.

Finalmente, convidando a todas, todes e todos à leitura, faz-se importante salientar que se trata de mais uma ousadia, que é própria das mulheres: arvorar-se a contestar preceitos que regem e organizam a vida "feminina" (em sentido ampliado) em muitos aspectos neste momento histórico-político. O amor romântico, por elas debatido, tem estado em pauta para justificar modelos familiares e de comportamento. Advogam que sua origem é patriarcal e heteronormativa, pois, além de estimular o pensamento mágico em detrimento da complexidade das ideias que o próprio cotidiano doméstico pode suscitar, fazem desaparecer outras formas de as mulheres se relacionarem consigo mesmas e com os outros.

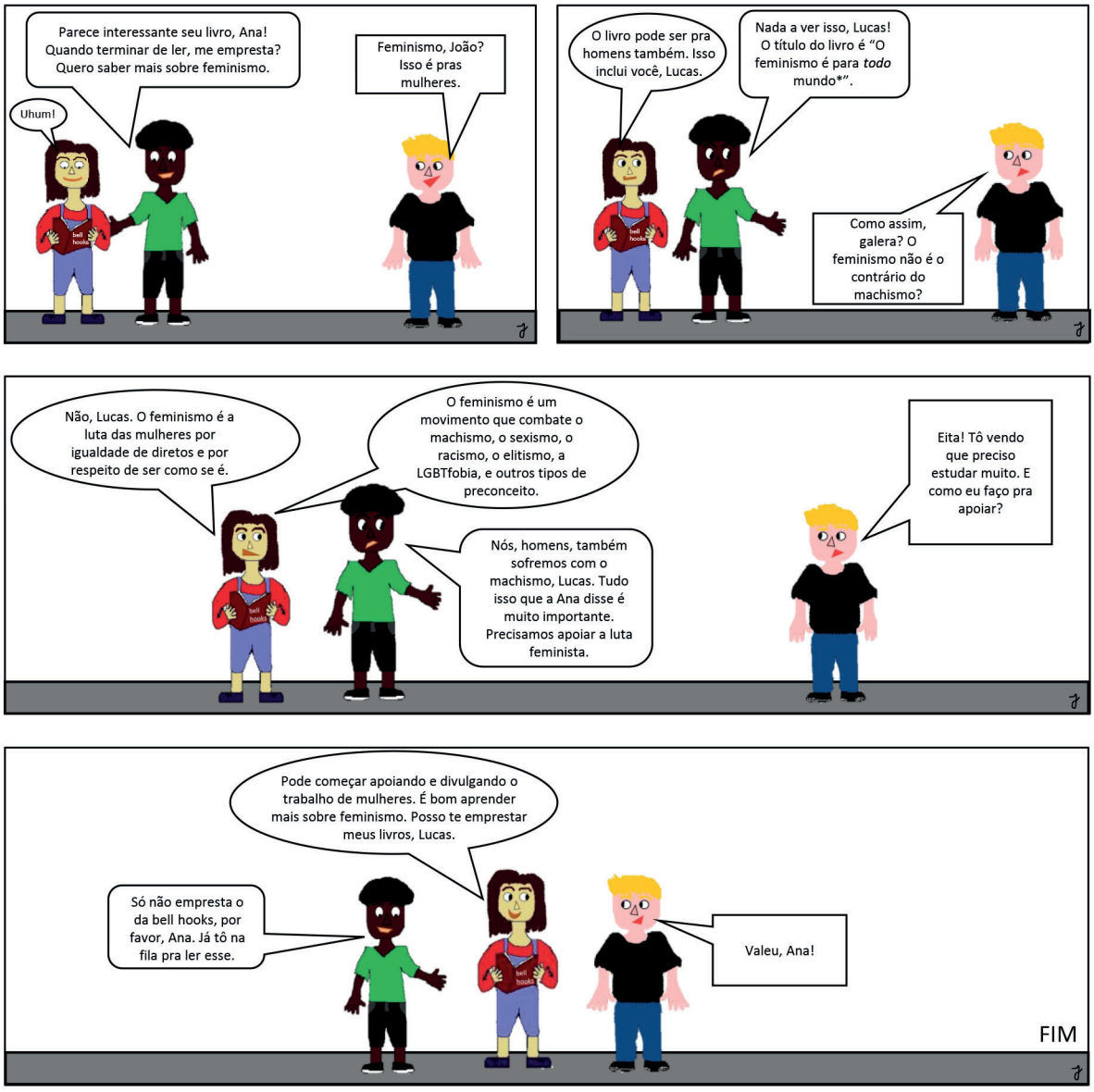
Cada ação em prol da sustentabilidade da vida é complexa. Entretanto, desfaz-se toda a produção criativa inerente ao processo, por se tratar de uma madresposa, pautada pelo amor que tudo crê (desfaz-se o espaço para o pensamento crítico), tudo espera (sucumbe o desejo de movimentar-se e esperançar), tudo suporta (anula-se a subjetividade) e... jamais acaba (mantém-se um círculo, mesmo que de violências). Coube, portanto, a nós mesmas, intelectuais e militantes, reivindicarmos este lugar de fala e de produção criativa, tornando nítido que o olhar do patriarca, em suas múltiplas formas de manifestação, é que nos julgou e silenciou.

Entretanto, como fazemos ao longo dos séculos, buscamos nossas portas e janelas para respirar e nos insurgir. Este livro, sem respostas prontas e acabadas, é capaz de nos mover à compreensão do amor como ato de resistência em tempos de levantes de ódio e, por isso mesmo, se faz crítico e audacioso. As autoras Edla, Márcia e Sara, juntamente com Marcela, Heleieth, Ivone e outras, são inspirações para a busca. Elas nos dão pistas... Nós seguiremos... buscando chaves para os cadeados de nossas correntes, que só sentiremos se nos movimentarmos, como expressou Rosa Luxemburgo , pois eles são muitos e difíceis de abrir e, por vezes, de reconhecer. Saudações feministas!

Feminismo pra quê(m)?

por Jamyle M. Marques

Outubro de 2021



Referência: * HOOKS, bell. **O feminismo é para *todo* mundo:** políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

ENTREATO CONCEITUAL

Queremos destacar brevemente alguns conceitos que acompanharão os argumentos deste livro: patriarcado; amor romântico; estudos feministas, estudos de gênero e a hermenêutica feminista. Esses conceitos serão chaves para nossas conversas (in)docentes.

Patriarcado

Os dicionários "Crítico de Gênero", organizado por Ana Maria Colling e Lozandro Antonio Tedeschi (2015), e "Crítica Feminista", organizado por Ana Gabriela Macedo e Ana Luísa Amaral (2005), apresentam o verbete "patriarcado", destacando o significado da palavra originada da combinação de duas palavras: pai e comando (*pater; arkhe*). Sinalizam que o poder de decisão, tanto em espaço privado quanto em espaço público, pertence ao patriarca. Também no "Dicionário Crítico do Feminismo", organizado por Helena Hirata, Francoise Laorie, Hélène Le Doaré e Danièle Senotier (2009), destaca que antes do final do século XIX, a palavra "patriarcado" estava vinculada à organização dos patriarcas da Igreja Católica e à linguagem teológica. Todas essas informações corroboram as considerações feitas por Marcela Lagarde y de los Ríos (2005), a qual aborda detalhes do conceito destacando que os estudos feministas e marxistas o analisaram em profundidade durante o século XX. A autora afirma que o patriarcado é um "[...] espaço histórico de poder masculino que estrutura de diversas formas as organizações sociais" (LAGARDE, 2005, p. 90, tradução nossa).

Na mesma linha, Heleieth Saffioti (1987) e Gerda Lerner (2919) publicaram textos sobre a estrutura do patriarcado, em lugares diferentes, mas no mesmo ano. Em 1987, após um longo período de ditadura cívico-militar no Brasil, a professora de sociologia, radicada em Araraquara, publicou o livro "O poder do macho" com o objetivo de explicar, em linguagem acessível, os estudos que ela vinha realizando desde a defesa da sua tese, orientada pelo sociólogo Florestan Fernandes, na USP, intitulada "A mulher na sociedade de classes: mito e realidade", estudos de Heleieth Saffioti sobre o patriarcado, o capitalismo e o racismo brasileiro. Um ano antes, em 1986, nos Estados Unidos, Gerda Lerner, uma judia austríaca que fugiu do nazismo, publicou seus estudos sobre "A criação do patriarcado". Esse livro foi traduzido e publicado no Brasil somente no ano de 2019. Lerner analisa o modo como os homens produziram a eficácia do patriarcado, por meio da dominação de outros povos

e grupos minoritários, iniciando com a escravização das mulheres desses povos. O estupro foi (e segue sendo) um mecanismo determinante de poder.

Somando-se a esse grupo de pensadoras, cabe destacar a teóloga e filósofa brasileira Ivone Gebara (2000; 2012), que nos inspira a pensar sobre o patriarcado na tradição cristã. Segundo Gebara (2012), o cristianismo tem seu início na forma de um movimento de seguidores de Jesus, somente uns 70 anos depois da sua morte, quando foram estruturados os primeiros escritos baseados na oralidade. Os primórdios da igreja não apresentavam credenciais junto ao Império Romano e, por esse motivo, sua forma de organização se dava às escondidas, nas catacumbas. Somente pôde se mostrar como religião, entre tantas que existiam na época (séc. IV), quando o poder imperial reconheceu os cristãos já ajustados e submissos às leis jurídicas oficiais. Tais leis jurídicas oficiais tinham a marca do patriarcado da época. O que sabemos da participação das mulheres, reconhecida nos evangelhos por meio da postura de Jesus, vai perdendo sua força histórica e promovendo a invisibilidade delas a cada século que passava, além de culpabilizá-las pela presença do pecado no mundo, devido à desobediência a Eva, mãe de todos. Eva é um dos exemplos bíblicos para sedução, e Maria é um dos exemplos de servidão (Eis aqui a tua serva, faça-se em mim, segundo à TUA vontade).

Uma antropóloga, uma socióloga, uma historiadora e uma teóloga também filósofa promovem compreensões mais amplas dessa estrutura de poder que já existe há bastante tempo. Um espaço histórico de poder masculino intitulado como patriarcado que se mantém, segundo Lerner (2019), há aproximadamente quatro mil anos. Um longo tempo, sem dúvida. Entretanto, se pensarmos que a humanidade moderna possui entre 50 mil e 100 mil anos, podemos afirmar que a história se move e nela nos modificamos todos e, neste caso, destaca-se o movimento das mulheres.

Baseamo-nos nessas autoras, para situar que patriarcado é o poder que os homens possuem sobre a vida das mulheres e também sobre a de outros sujeitos sociais que remetem de alguma forma às características do mundo feminino, ou seja, as crianças, as pessoas homossexuais e as descapacitadas. Todas ficam submetidas a esse patriarca, basicamente heterossexual, branco e dono dos meios de produção. Segundo Lerner (2019) e Gebara (2000), o patriarcado se sustenta também pelas religiões monoteístas.

A teologia patriarcal do mundo judaico-cristão naturaliza a ideia de que as mulheres devem se redimir do pecado transgressor de Eva. Essa teologia ensina as mulheres a se entenderem fenomenologicamente como “más”. Um “mal” trazido pela desobediência a Eva, a mãe de todas. E, para contrapor a esse “mal”, Maria é apresentada como a redenção para essa “queda”. Uma virgem, santa e simultaneamente a (boa) mãe de Jesus. Essa ambiguidade resulta em uma construção da identidade dividida das mulheres na tradição patriarcal e é um dos grandes impulsionadores das crenças de que todas nós dependemos da autoridade divina para sermos salvas

de nosso mal principiador de todos os males, a desobediência. É sem dúvida uma cisão entre a mulher má (a puta) e a mulher boa (a santa), redimida pela entrega e obediência em troca de proteção.

Amor Romântico

É comum que se ouçam as frases - "O amor nos move". "Faço tudo por amor". "Tudo que faço, faço com muito amor". Que amor é esse? Quando estamos diante do tema Educação, também se ouve que "educar exige amor." É uma tradição que dicotomiza, que separa o amor erótico do amor oblativo. Também é possível identificar, em algumas tradições, a subdivisão do amor em quatro tipos: Afeição, Amizade, Eros, Caridade (LEWIS, 2009). Uma das formas de ver/entender o amor vem da tradição cristã fundada em uma visão dicotômica do amor de sedução e erotismo e do amor de cuidado e entrega como serviço para com o outro/próximo.

Nos registros do Novo Testamento, em uma das cartas do apóstolo Paulo à comunidade dos cristãos de Corinto, encontramos, no capítulo 13 da primeira carta, no versículo sete, a afirmação de que "o amor, tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta e jamais acaba." Essa passagem é um dos recortes mais lidos em cerimônias de casamentos cristãos (no qual há um casal composto por um homem e uma mulher) que marcam nossa memória individual e coletiva. Parte desse capítulo é recontada e cantada por Renato Russo na banda de rock "Legião Urbana". As narrativas sobre esse amor culminam em nosso entendimento como fonte inspiradora da entrega confiante e do amor obediente.

Suspeitamos que, em especial para a vida das mulheres, o amor romantizado tome um lugar determinado que situa e presentifica sua completude por meio do casamento. As famílias cristãs, independentemente da tradição católica ou protestante, de onde surgem as atuais igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais, todas vivenciamos as experiências de uma catequese que instrui para a doação de distintas formas junto às famílias. "A família é tudo" é uma das frases naturalizadas.

Para as mulheres, o amor é introduzido por meio dos contos de fadas, da promessa de um príncipe, e do "final feliz" representado nas bodas de casamento. Jane Felipe Souza (2021) pondera sobre a idealização do amor romântico por meio da naturalização da ideia de que controle é cuidado. A autora traça um tênue limite entre cerceamento, subjugação e, finalmente, violência física. Podemos ainda ressaltar que, em relação direta com o amor romântico, está o casamento e o espaço doméstico. No "Dicionário da Crítica Feminista", Macedo e Amaral (2005, p.43), ao apresentarem o verbete "domesticidade", apontam que a relação entre amor romântico e casamento ajuda a criar, por parte das mulheres, uma idealização do espaço doméstico, do cuidado com a casa e das pessoas que nela vivem. A forte presença

do pensamento religioso aprofunda ainda mais as relações entre mulheres, amor e cuidado. Para as autoras do dicionário, a figura da mulher como o anjo da casa se fortalece. A mulher zela pela casa, para que tudo seja feito em perfeição, para que o marido e filhos se sintam protegidos, cuidados por essa figura angelical. A domesticidade acaba subjugando as mulheres como a única figura possível dos cuidados da casa, colocando seu corpo, energia e sua vida a serviço dos outros, chancelado pelo ideal de amor romântico.

Os dogmas religiosos afirmam que devemos amar sem olhar a quem, que o amor tudo suporta e que, ao casar, mulher e homem se tornam um só corpo. O amor romântico narrado em prosa e verso se constrói na base do "amor à primeira vista", da metade da laranja, da alma gêmea perdida. Para este ideal, estamos ligadas a uma única pessoa, a qual nos é destinada. A burguesia e o capitalismo direcionam as mulheres para o privado espaço da casa e os homens para o espaço público do trabalho. Estas três bases, religião, amor romântico e burguesia/capitalismo, auxiliam a fomentar processos educativos para a servidão das mulheres. Marcela Lagarde y de los Ríos (2001), ao escrever sobre o amor, afirma que, diferentemente dos homens, ele é parte da definição da construção das mulheres como identidade de gênero. O amor romântico é uma parte importante na constituição do "ser mulher", estabelecendo-se nas relações sociais e afetivas vividas ao longo da vida. Para a autora, o amor não é só uma experiência a ser vivenciada, mas uma experiência definidora de quem são as mulheres e das muitas escolhas por elas realizadas.

Amar e ser amada por alguém está no centro da identidade das mulheres, porém não é natural: trata-se de uma aprendizagem. Por essas e outras razões, o amor romântico parece ser de responsabilidade das mulheres, podendo ser gerador de desgaste emocional e físico. Identificar e compreender essas naturalizações do amor romântico pode ajudar na percepção das múltiplas formas de subjugação presentes na vida das mulheres e de todos os tipos de casais. E também é determinante para que outras formas de convívio prazeroso possam ser criadas e replicadas entre todas as pessoas que desejam compartilhar suas vidas e ter projetos em comum.

Estudos Feministas

Os estudos feministas resultam dos movimentos sociais organizados pelas mulheres em diversos países do mundo, a partir do século XIX. Os movimentos feministas fazem parte dos movimentos sociais de contestação iniciados na década de sessenta do século XX. Ambos apresentam a potência questionadora das mulheres, que se espalha e motiva a produção de diferentes conceitos, os quais rompem com os paradigmas da ciência, da filosofia, da religião que já estavam estruturados e embasados a partir de uma única visão de mundo, a visão masculina, consequência da

“ autolicença” resguardada somente para os homens.

Obviamente, sabemos que a parte pobre, negra e deficiente dos homens também não teve acesso para ascender por meio da produção de conhecimento nas universidades. Contudo, de alguma forma essa parte, mesmo excluída, estava simbolicamente presente pelo simples fato de ser do mundo masculino. No caso das mulheres, mesmo sendo das classes abastadas, dificilmente lhes foi permitido transitar, estudar, arguir e, portanto, pertencer ao mundo reconhecido do conhecimento. Os estudos feministas são, portanto, um campo recente que vem pontuando importantes perguntas no contexto político mundial. Introduziram temas como a violência contra as mulheres tanto no espaço das famílias (mundo privado/violência doméstica; violência sexual sobre esposas e crianças), quanto no espaço público (controle dos corpos; estupros individuais ou/e coletivos em situação de conflitos territoriais que foram e são considerados crimes de guerra, portanto não são levados a juízo, etc.), o aborto, a desigualdade salarial e a desigualdade política no mundo do trabalho e da cidadania em repúblicas ditas democráticas ou não.

Esses temas foram apresentados primeiramente por meio de cursos e, posteriormente, disciplinas foram incluídas nos currículos de universidades do hemisfério norte, já na década de setenta do século XX. No Brasil, temos experiências muito distintas. Podemos citar o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, desde o ano de 2006. A experiência fundante para o surgimento desse Programa de Pós-graduação foi a do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, inscrito como grupo de pesquisa desde 1986, ainda em atividade. Outra experiência exitosa foi produzida a partir do Curso de Graduação em Teologia da Escola Superior de Teologia (Faculdades EST) da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em São Leopoldo (RS, Brasil). Entre os anos de 1987 e 1989, foi realizado um longo debate interno, promovido pelas estudantes de teologia junto à instituição acadêmica, bem como no conselho da IECLB. Como resultado das reivindicações, no ano de 1990 foi inserida no currículo a cadeira de Teologia Feminista no curso de graduação em Teologia. No ano de 1991, foi contratada a primeira professora da Cátedra de teologia feminista, a Dr.ª Wanda Deifelt (MUSSKOPF, 2012).

bell hooks, escritora negra estadunidense, em seu livro autobiográfico “O feminismo é para todo mundo” (2019), sinaliza que, no hemisfério sul, os movimentos feministas conquistaram representatividade junto ao mundo da produção do conhecimento acadêmico. Nesta defesa de que o feminismo é para todo mundo, entendemos a potência do feminismo negro, da juventude periférica e de um feminismo das margens latino-americanas. “Enegrecer o feminismo” na fala e escritas de autoras como Sueli Carneiro (2019), Lélia Gonzalez (2018) e Djamila Ribeiro (2017) ensina a produzirmos aulas e pesquisas cada vez mais antirracistas.

Estudos de Gênero

Gênero é uma categoria de análise, utilizada para problematizar as relações entre os seres humanos. No Brasil essa categoria foi introduzida pela tradução do artigo "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", publicado pela historiadora estadunidense Joan Scott (1995). Esta categoria surge na tentativa de explicitar os fenômenos da dominação e violências contra as mulheres, mas aos poucos foi desenvolvendo uma série de desdobramentos, buscando abarcar as múltiplas possibilidades do "ser mulher" e "ser homem" por meio das relações sociais e históricas sempre em construção.

A legitimação de pesquisas acadêmicas voltadas para os estudos da vida cotidiana das mulheres tiveram início mais sistemático a partir da década de 1970, em diversas partes do mundo, ao Norte do planeta. Os chamados "Estudos das Mulheres" inauguraram nas universidades um novo campo investigativo, que tinha como interesse as experiências de vida de mães, esposas, donas de casa e mulheres trabalhadoras. Anterior a esse período, as experiências das mulheres eram, muitas vezes, banalizadas. Por uma década, os "Estudos das Mulheres" visibilizaram os afazeres diversos e as multiplicidades das mulheres. Segundo Scott (1995), a partir da década de 1980, pesquisadoras feministas passaram a propor uma nova categoria para esses estudos, utilizando-se de um conceito que abarcasse ainda mais as diferentes vivências humanas. Surgiram, então, os "Estudos de Gênero", para agregar as pesquisas no campo feminista. A vida cotidiana das mulheres seguia sendo um dos focos principais desse campo de estudo, adicionando a ele as experiências e as contradições sociais entre homens e mulheres, as vivências de mulheres lésbicas, negras, periféricas, entre outras.

No hemisfério Sul, mais especificamente na América Latina, durante a década de 1970, os movimentos das mulheres estavam em luta para sobreviverem às ditaduras militares junto com os movimentos de esquerda. E, como lembra Lucila Scavone (2009), os anos das ditaduras militares no continente latino-americano fizeram com que redes solidárias de mulheres dos países do norte acolhessem latino-americanas e, com isso, fortalecessem os círculos de resistência e formação, com base em teorias e conceitos no âmbito dos estudos feministas e de gênero.

A teoria de gênero, apelidada como ideologia de gênero, começou a ser perseguida no contexto cristão a partir do Conselho Pontifício para a Família e das conferências episcopais em meados da década de 1990. A tentativa foi retomar espaços da religião em grupos na sociedade que estavam se desvinculando do discurso dogmático. Betina Torriani (2020) analisa que os processos persecutórios aos estudos de gênero, chamados de "ideologia" de gênero, buscaram acionar o pânico moral acusando profissionais da área da Educação de serem desvirtuadoras e desvirtuado-

res da tradição da boa família. Segundo Torriani (2020, p.10), há uma franca disputa entre o modelo patriarcal de família, naturalizado como regra na educação, em que as violências de gênero são invisibilizadas, e as propostas em que "[...] os padrões de feminilidade e masculinidade [figuram] como construções históricas, não naturais e de possibilidades múltiplas. Essas disputas têm se construído cada vez mais fortemente no cenário nacional: materiais didáticos sobre educação sexual têm sido severamente atacados, e rapidamente recolhidos."

Cabe distinguir que essas são visões de um mesmo fenômeno. Os estudos de gênero têm relação com a pesquisa acadêmica, que se faz para a compreensão das vivências humanas. Visam à melhoria da qualidade de vida, à equidade entre as pessoas e supõem o entendimento de que as diferenças se tornam justificativas para as desigualdades entre os gêneros, o que é necessário combater. Por sua vez, a dita "ideologia de gênero" é uma forma restrita de conceber tais estudos, além de se manifestar em várias formas de perseguição, de propagação de falácias, excluindo do debate público pautas que nos tocam como seres humanos. O que esses grupos buscam é conservar e aprofundar, aí sim, uma ideologia patriarcal de gênero para manutenção de um lugar subalternizado de grupos minoritários.

Hermenêutica Feminista

Queremos compartilhar nossos estudos em torno desse conceito, porque ele nos provocou a pensar sobre a interpretação de que é um campo dos estudos nas ciências humanas. A Teologia e a Filosofia introduziram sistemáticas para se aprender a interpretar e a hermenêutica é essa disciplina. Aprender e exercitar o ato interpretativo na filosofia e da teologia foi, ao longo dos séculos, uma aprendizagem sistemática ofertada e garantida aos homens que acessavam os espaços formais de estudo.

Inicialmente eram os discípulos junto com seus mestres/rabis/filósofos nos anos antes de Cristo, tanto na tradição judaica quanto na greco-romana; já na tradição cristã, primeiramente foram os monges com seus discípulos, para então chegarmos à tradição das Universidades. Segundo Fernanda Henriques (2010), pertencermos a um determinado tempo significa sermos herdeiros de uma cultura que também apresenta um conjunto de instrumental interpretativo orientador da compreensão do mundo. Mas, segundo ela, essa herança cultural não significa que todos ou todas aceitaram passivamente, pois o sentido histórico nos possibilita que sempre possamos reavaliá-lo e reinterpretá-lo. E é com esse argumento que, por meio dos movimentos sociais chamados de feministas (defesa da dignidade das mulheres), o exercício hermenêutico em defesa das mulheres se constituiu.

A história da ativista Elizabeth Cady Stanton (Nova Iorque, 1815-1902) é um dos

marcos emblemáticos para se entender os primeiros ensaios para a hermenêutica feminista na área da teologia. Essa mulher era filha de um juiz que orientava a população local frente aos processos civis nas cortes da cidade. E, desde muito pequena, ela ouvia os argumentos que seu pai apresentava para as mulheres da comunidade, que vinham se queixar sobre seus maridos que perdiam tudo por causa dos jogos de azar. Ele as consolava, mas, ao mesmo tempo, lhes dizia que elas, perante a lei, tinham de obedecer a seus maridos. Essa realidade fez com que ela questionasse as leis, embora seu pai a advertisse que somente questionar não levaria a uma solução, seria necessário transformá-las. E foi o que ela fez tempos mais tarde, quando, já casada e com filhos, participou dos movimentos sufragistas e abolicionistas. Nesse contexto, em mais de uma vez, ela foi impedida pelos seus companheiros ativistas de falar em público com o argumento de que a bíblia assim advertia as mulheres a não falarem em público. Novamente, a filha do juiz se indignou e resolveu encarar os textos bíblicos, na forma de uma releitura que ela chamou de "a bíblia das mulheres". Stanton convidou renomadas estudiosas das línguas dos textos originais, hebraico e grego, para que fossem escrutinados, em especial as partes em que existissem passagens com a presença de mulheres. Esse primeiro exercício de retomada investigativa sobre o que as mulheres faziam naqueles trechos da bíblia proporcionaram as primeiras releituras e hermenêuticas feministas.[2]

Assim como na teologia, no campo filosófico, Fernanda Henriques (2010) demonstra como o suposto universal se sobrepôs a outras formas de ler o mundo, invisibilizando com isso a presença das mulheres, bem como a presença de outros tipos de homens que não se encaixavam no modelo preferido como ideal naquele contexto. A hermenêutica feminista introduz a suspeita como um dos elementos determinantes para o exercício interpretativo dos discursos, dos textos relidos. Tanto na filosofia quanto na teologia, as pensadoras, por meio de exercícios interpretativos que implicam passos criadores de uma sistemática, ousam primeiramente perguntar onde estavam as mulheres, depois buscam saber como estavam e viviam essas personagens para, então, conseguir reunir elementos subsidiadores para suspeitar do contexto e do texto apresentados como neutros e universais.

Nessa mesma trilha, as pensadoras negras que se debruçam sobre os textos bíblicos e/ou filosóficos apresentarão ainda outras perguntas. Cleusa Caldeira (2013) analisa e suspeita, por exemplo, como o cântico dos cânticos, famoso por ser um dos raros textos eróticos na bíblia, foi sendo transformado em uma interpretação etnocêntrica pautada pelo eurocentrismo que invisibilizou a presença e a influência afro-asiática na tradição israelita.

Com essa outra forma de analisar e estudar textos clássicos, é que Edla Eggert (1999, 2011, 2018) faz uso da hermenêutica feminista junto à leitura de textos no

2 A teóloga e Professora de Teologia Sistemática Wanda Deifelt publicou um artigo na Revista Estudos Teológicos, 1992, que narra a história dessa pioneira no exercício da hermenêutica feminista.

âmbito da educação. E não somente textos, mas também de contextos situados por meio das pesquisas de campo, assim como de peças fílmicas, entre outras possibilidades interpretativas, como no caso da dissertação de Jamyle Marques sobre a Capitã Marvel (2021), orientada por Eggert.

INTRODUÇÃO

Este é um livro de divulgação científica que tem por base pesquisas sobre os estudos feministas e de gênero. Com essa percepção de mundo é que nos movemos para sistematizar nossas ideias em torno de estudiosas que nos desafiam a manter o ritmo constante da busca pelo entendimento do porquê das mudanças necessárias junto com a docência. E é com essa percepção que decidimos focar um pouco mais em autoras como Marcela Lagarde y de los Ríos, que analisa os cativeiros que as mulheres vivenciam; Silvia Federici, que apresenta a exploração capitalista do trabalho e suas implicações na vida das mulheres; Heleieth Saffioti e Gerda Lerner, que discutem o poder e analisam a origem do patriarcado; junto com Beatriz Nascimento (RATTS, 2006), Sueli Carneiro (2018), Lélia Gonzalez (2018), Djamila Ribeiro (2017), Angela Davis (2018), bell hooks (2019), pensadoras negras imprescindíveis nas leituras do mundo, vislumbramos a força e a potência dos temas por elas visibilizados em nossa terra tupiniquim. Aprendemos muito com todas e queremos compartilhar nossos espantos, reflexões e sistematizações que, no fundo, são tentativas de entender e enfrentar a realidade brasileira a partir da experiência das mulheres (nós mesmas!).

Somos pesquisadoras com distintos caminhos de pesquisas no campo da Educação e, juntas, percebemos que, depois de alguns anos publicando sobre esse tema em comum em que baseamos nos estudos feministas, tínhamos um outro desafio: escrever um livro tendo por base conceitos que cruzam as leituras sobre o amor e o trabalho na vida de todas nós. Em especial, de quem vive a experiência docente e, nessa profissão, tem consciência de que o processo do ensinamento sobre as relações de gênero acontece diariamente.

Em nossa profissão docente, muitas vezes sabemos e até usufruímos das conquistas das lutas feministas, mas seguimos ensinando como se essas conquistas não reverberassem em sala de aula; muitas vezes sem perceber nem querer, seguimos ensinando a ordem sexista e androcêntrica. Essa percepção nos alcança por meio das experiências vividas e analisadas em nossos grupos de estudo e em nosso cotidiano da vida ordinária. Ou seja, temos lido autoras muito importantes que, há mais de 70 anos, já indicaram possibilidades pertinentes para que o sexismo fosse dirimido de nossos dias, **mas ainda** segue firme e forte no propósito da manutenção do patriarcado. Por esse motivo nós, três professoras com diferentes formações, desde a pedagogia e teologia, a psicologia e a sociologia, temos sido leitoras entusiasmadas das autoras já citadas e de outras tantas que identificamos ser um grupo de pensadoras importantes com o qual é imprescindível dialogar, problematizando sobre a manutenção dos padrões da educação que se mantêm nas bases do poder

patriarcal.

Temos vivido tempos difíceis em todo o mundo devido à pandemia da COVID-19. No Brasil, no entanto, essa realidade está **ainda** mais complexa devido ao atual momento político. É possível afirmar, inclusive, que o poder patriarcal em nosso país tem a cara do patriarca enfurecido que percebeu a ousadia das mulheres, irmãs, mães, filhas e também filhos que não lhe obedecem mais. E a fúria está direcionada para todos os temas que dizem respeito ao feminino ensinado e aprendido na modalidade patriarcal e rebatido, questionado com o conhecimento feminista, que confronta e apresenta outras possibilidades na compreensão das leituras de mundo. Todas essas questões estão ligadas aos Direitos Humanos reivindicados com mais consistência e ritmo nos últimos 70 anos.

As pessoas são, em grande medida, organizadas por meio dos movimentos sociais bem como escritoras e pesquisadoras do campo das ciências humanas que têm buscado estabelecer minimamente um processo formador sobre o que está acontecendo e como acontecem as mudanças nas diferentes formas de ver e encarar o mundo. Entendemos que as mudanças exigem muito de nós mesmas: sabemos que são árduas e lentas, e ainda, que a cultura processa de modo infinitamente mais lento o que a tecnologia incorpora quase instantaneamente. Então, no Brasil (é possível estender a outras partes do mundo!), estamos vivendo a ironia despeitada de pessoas em cargos centrais de governança com posturas antidireitos humanos, atentando contra as lutas por vida digna para todas as pessoas e pelo meio ambiente. O Brasil vive um momento que retrata esse poder patriarcal vingativo, egoísta e egocêntrico se reorganizando de modo pungente por meio de lideranças que perseguem quem ousa manter em pauta o direito à vida digna de todas, todes e todos.

Vivemos um tempo que exige compromisso com a ciência - todas as ciências - e, no nosso caso, das ciências humanas, para realizar ações concretas no trabalho de sairmos do senso comum, das opiniões para bases ampliadas que considerem a produção do conhecimento científico. A escola, no âmbito da Educação Básica, é a primeira responsável a nos ensinar os conhecimentos que a humanidade já produziu. E esses conhecimentos estão todos baseados na ciência, que envolve tanto as ciências ditas naturais e biológicas quanto as ciências humanas. E, na sequência, é a Universidade que aprofunda nossas primeiras aproximações das sistematizações do conhecimento aprendido nos anos escolares da infância e adolescência. Nas ciências humanas, destacamos a importância que a sociologia, a antropologia, a história, a psicologia e a filosofia têm para a área da Educação. Desse modo, o que temos vivido, especialmente no Brasil, mas não só, tem nos remetido a um debate sobre o obscurantismo, o pensamento mágico e o fundamentalismo na forma como o conhecimento tem sido abordado.

Compartilharemos leituras e estudos realizados em nossos grupos de estudos há mais de dez anos. E é a partir do nosso próprio processo formador que o presen-

te livro foi pensado. Queremos compartilhar a problematização do amor ensinado e aprendido no mundo privado das famílias e também apreendido no mundo público das escolas e da socialização em si e em especial no mundo da vida profissional docente.

No âmbito da Educação Básica, a docência no Brasil é majoritariamente feminina desde mais ou menos a década de cinquenta do século XX. O que observamos ao longo das nossas pesquisas e da nossa experiência docente é que o discurso formador das profissionais para a docência na Educação Básica mescla o amor de doação (amor oblativo). Assim, a problematização do tema do amor e do amor romântico com as professoras da Educação Básica nos parece significativa .

Organizamos o livro em quatro capítulos, em que teremos a parceria dos conceitos da antropóloga Marcela Lagarde y de los Rios sobre os cativeiros dentro dos quais as mulheres aprendem a se mover, resistindo ou reafirmando a vida cativa. Marcela Lagarde y de Los Rios é uma pesquisadora e professora da Universidade Autônoma do México - UNAM, cujos livros não foram ainda traduzidos nem publicados em língua portuguesa no Brasil.[3]

No primeiro capítulo, abordaremos os conceitos de cativeiros, na radicalidade da palavra/ação de cativar e da servidão voluntária. As mulheres são cativadas a conviverem nos cativeiros. E são cinco os cativeiros: as mães e esposas, que manteremos na língua original como *madresposas;* as freiras, no papel de celibatárias, mas casadas com Jesus; as putas, que ao contrário, sinalizam seus corpos sedutores ameaçando a ordem da castidade; as presas, que concretamente precisam cumprir pena confinadas; e, finalmente, as loucas, que, segundo a autora, para a sociedade em geral, são todas as mulheres que fogem do padrão de comportamento esperado: para as mulheres, a louca é sempre a outra; e, para todos os homens, todas as mulheres são loucas! Situaremos um pouco cada uma dessas percepções da autora junto com outro conceito que, de certa forma, encaminha mais para a centralidade do nosso atual debate que é a servidão voluntária, desencadeadora central da energia vital das *madresposas*.

O segundo capítulo fará o detalhamento do conceito das *madresposas,* que é o "aprendizado" de ser de alguém e para os outros, produzindo consequências que são desdobradas no terceiro capítulo. Neste, analisamos que aquilo que nos cativa nos exaure e despotencializa nossa energia vital. Essa energia, em detrimento do amor cultivado na tradição patriarcal que se renova, é um modo como vamos nos enredando no amor romântico muitas vezes, também, a armadilha das violências domésticas mais requintadas. E o quarto capítulo tem o objetivo de apresentar algumas possibilidades de um fazer pensar diferente junto aos nossos lugares de trabalho na

3 As citações diretas dos textos têm a nossa tradução livre do espanhol para o português. Tomamos essa decisão para que o texto flua sem as intercorrências de notas de rodapé com traduções.

escola. Propostas singelas de estudos que, por meio de conversas (in)docentes, indecentemente doces, nos ajudem a tentar abrir cadeados e perspectivas, sem fechar em receitas, nem em verdades absolutas, mas criar alternativas.

O Reconhecimento é gerador da potência de mudança. E dialogar com docentes sobre isso tem para nós, autoras deste livro, um desafio pedagógico-didático de vivências escolares e de sala de aula, em que cada uma e cada um de nós vive sua profissão.

Boa leitura!

Edla Eggert
Márcia Alves da Silva
Sara Campagnaro

1 OS CATIVEIROS E A SERVIDÃO VOLUNTÁRIA

Cativeiro e cativa são duas palavras que remetem simultaneamente a sensações ambíguas. Estar em um cativeiro sugere prisão, mas ser cativada implica convite para a curiosidade e a busca por prazer. A autora que nos provoca essas ideias é a antropóloga mexicana Marcela Lagarde y de Los Rios, de agora em diante citada como Marcela Lagarde (2005) com quem compartilhamos uma série de espantos e provocações. Neste primeiro capítulo buscaremos resumidamente explorar esses dois conceitos relacionados com outras leituras que nos parecem significativas para o pensar docente antissexista.



Fonte: Foto por Catarina Carvalho.

1.1 Os cativeiros e suas marcas em todas as mulheres

Casa, convento, bordel, prisão e manicômio são lugares específicos que Marcela Lagarde (2005) define como sendo simbolicamente cativeiros das mulheres. A sociedade e a cultura patriarcal empurram constantemente as mulheres a ocupar um desses espaços e, em certas ocasiões, mais de um espaço ao mesmo tempo. “Na condição de cativas e privadas de sua liberdade, as mulheres se encontram numa situação de dependência vital. São as instituições de poder que as obrigam a cum-

prir com o mandato de ser subordinadas à cultura classista e patriarcal." (EGGERT; PAIXÃO, 2012, https://www.labrys.net [...]).

A imagem da jaula que prende um bicho, a experiência de estar entre quatro paredes de uma sala fechada, uma cela de prisão. São exemplos de lugares que nos remetem a ideia de **cativeiro**. A autora Marcela Lagarde sinaliza lugares de opressão que vivenciamos pelo fato de sermos mulheres. Estes lugares nos amordaçam e algemam para que o machismo, que deprecia as mulheres e fortifica o patriarcado, siga dominante na sociedade. São cinco os cativeiros apresentados por Lagarde (2005): *madresposa*, freiras, presas, putas e loucas. Alguns desses cativeiros podem soar "facilmente" como problemáticos aos olhos da sociedade, do Estado e das religiões. Entretanto, como a *madresposa,* em toda sua "imaculada perfeição", pode ser um lugar de aprisionamento? Os cativeiros estão para todas nós, ainda que sejam cumpridos todos os requisitos sociais. A *madresposa* é o cativeiro aceito e viável, mas ainda assim é cativeiro, e será detalhado no segundo capítulo deste livro. Quando ouvimos frases, como "você vai acabar ficando pra titia!"; "que delícia essa sua comida, já pode casar."; "quando virão os filhos?"; "Você tá louca! Não vai sair assim, com essa saia curta!"; "ela é abnegada, uma guerreira!", seriam essas frases outros modos de nos aprisionar e de nos colocar em cativeiros? Neste capítulo apresentaremos alguns desses espaços de aprisionamento que muitas vezes nos passam despercebidos.

Aprendemos, por meio de muitas formas como a história da humanidade nos foi contada, que as mulheres, apesar de fazerem parte da construção da realidade, geralmente ficaram, e ainda ficam, em segundo plano. Por séculos, as mulheres foram consideradas intelectualmente inferiores, incapazes, perigosas e, por isso, era preciso que fossem controladas. Hoje em dia, tendo por base as teorias feministas, é possível suspeitar que, quando se diz a palavra doméstica, podemos associar à palavra domesticada, e trazer muitos relatos de que a mulher ainda está sob o domínio de alguém: seu pai, seu marido, o estado, a igreja/religião, a lei. E essa é a aprendizagem que todas nós possuímos desde que nascemos. Como já foi apresentado na introdução, o patriarcado é definidor das condições do cativeiro nas mais diferentes formas. Assim, as mulheres aprenderam a ser conduzidas e, simultaneamente, foram se adequando mas também enfrentando e resistindo às opressões e formas de controle. Mulheres de diferentes lugares e segmentos vivenciaram e vivenciam a vida no contexto patriarcal. As autoras Angela Davis (2016) e Lélia Gonzalez (1983; 1988; 2018) aprofundam essas realidades a partir das mulheres negras. Elas, junto com Marcela Lagarde (2005) e Heleieth Saffioti (1987; 2004), entre outras autoras latino-americanas, ampliam o que as mulheres brancas e europeias, como a filósofa Simone de Beauvoir, apresentaram sobre a ontologia da mulher burguesa.

São distintas as formas como os cativeiros atuam na vida das mulheres, mas as questões de classe, raça e etnia são pontos que atravessam a vida de todas nós. Os cativeiros estudados por Marcela Lagarde (2005) retratam os lugares dessas mulhe-

res na sociedade. O cativeiro é uma categoria antropológica que apresenta a situação delas no mundo patriarcal, em que são privadas de liberdade. Para a autora, o cativeiro representa a vivência materializada das mulheres na sociedade patriarcal, sendo os homens reprodutores desse modelo social. Desse modo, as mulheres são prisioneiras das estruturas sócio-políticas-culturais, pois são privadas de vivenciar de forma plena sua autonomia, independência e de governar suas vidas sem que suas escolhas passem pela autorização dos homens, que controlam a sociedade em geral.

Ao longo da história, os homens com poder criaram as leis e as colocaram em prática. O legado mais significativo a ser constatado é a constituição da hierarquia no campo das religiões, em especial as monoteístas; a criação do Estado, a organização das Universidades e consequentemente a estruturação sobre como o conhecimento foi gerenciado nos últimos mil anos. O mundo masculino, até meados do século XX, é que representou a ciência e foi, por exemplo, a medicina cientificamente androcêntrica que diagnosticou as mulheres como sendo "loucas", "histéricas". A ideia da mulher irracional, emotiva, impulsiva também serve para desqualificar as ações das mulheres sobre o mundo. Quantas vezes ouvimos de parentes, amigos, dos maridos e namorados que ficamos "loucas" na TPM? Quando nós mesmas já dissemos e usamos este estereótipo para justificar alguma ação? Desde o início da psicologia clínica com Freud, as mulheres foram alvo dessa medicina machista, que extrapolou as paredes dos consultórios psicológicos, psiquiátricos e passou a fazer parte do nosso senso comum. Hoje sabemos, por exemplo, que muitas mulheres foram enclausuradas em manicômios pelo fato de não querer se casar ou ter filhos.

No Brasil, temos o caso do manicômio "Colônia", em Minas Gerais, onde pelo menos sessenta mil pessoas perderam a vida. No livro, "Holocausto Brasileiro - Genocídio: 60 mil mortes no maior hospício do Brasil", a autora Daniela Arbex (2013) narra as violências e abandonos das pessoas que foram confinadas no Colônia. Muitas das mulheres estavam ali por "questões morais", por não seguirem o padrão desejado. Eram mulheres grávidas de seus patrões, jovens que haviam perdido a virgindade antes do casamento, entre outras, que foram levadas por seus pais, irmãos ou maridos e ali foram abandonadas à própria sorte.

Por meio da cultura e da socialização, criamos um imaginário social no qual muitas vezes somos julgadas e julgamos outras mulheres. A mulher presa, a que aborta, a prostituta, todas elas, em certa medida, ferem o ideário da pureza, da mulher santificada, que está na base da construção cristã enraizada na nossa cultura. São essas mulheres pecadoras? Diabólicas? Bruxas? A imagem da pecadora está nos escritos bíblicos ao retratarem Eva ou Maria Madalena como o oposto de Maria, a mãe do salvador, a santa. Imagem esta que muitas vezes é usada para qualificar e/ou desqualificar as escolhas de algumas mulheres.

Quando temos mulheres junto de nós ou somos nós essas mulheres que lide-

ram e se posicionam frente a temas da violência, assédio, desigualdade de salários e estão em posições de poder necessitando tomar decisões, ainda se espera delas, ou de nós, o perfil da docilidade e da discrição. O exemplo mais recente que vivenciamos, social e politicamente no nosso país, foram os ataques durante a gestão da presidenta Dilma Rousseff. E o tom subiu ainda mais durante o período de *impeachment*, quando ela foi retratada como "descontrolada", "fora de si", "sem condições emocionais", em algumas capas de revista de circulação nacional, na tentativa de desqualificá-la. Mulheres ainda carregam o peso de serem consideradas "loucas" sempre que saem do padrão esperado, já, aos homens, lhes está reservado o espaço da impulsividade, podendo ser compreendido como demonstração de força, de poder, e não de histeria, como no caso das mulheres. Nesse sentido, percebemos que a liberdade das mulheres não é a mesma dos homens. Todas as mulheres que ousam colocar-se em espaços públicos representando a si próprias politicamente de alguma forma ficam expostas a julgamentos muito diferentes do que experimentam os homens. Qualquer deslize desperta o julgamento moral.

Simone de Beauvoir, quando publicou seu histórico livro "O segundo sexo", em 1949, na França, preconizou na Europa e no mundo ocidental os argumentos que foram colocados em prática nos movimentos das mulheres especialmente a partir da década de 1960. A compreensão de que as mulheres são controladas pelo poder dos homens e, por isso, privadas de serem livres e de escolher tanto quanto eles foi uma das denúncias dessa obra que rompeu paradigmas. O cativeiro é a constatação de que a liberdade das mulheres é vigiada por outrem. Beauvoir (2016) analisou a liberdade como sendo delimitada pela cultura, pelos períodos históricos, pela etnia, classe e gênero. E entendemos também a raça, a família e a educação como espaços em que a liberdade pode ser construída ou cerceada. Desse modo, as meninas aprendem desde cedo que sua liberdade é diferente da liberdade dos meninos. Os brinquedos, brincadeiras, roupas e adereços são direcionados ao sexo da criança desde seu nascimento. Para os meninos, estão disponíveis as aventuras, a inconsequência, a coragem e, por vezes, a valentia; para as meninas, lhes é reservada a doçura, a educação, a delicadeza e a responsabilidade.

Quando uma menina se comporta de modo a quebrar esses modelos geralmente são reprimidas, castigadas. A liberdade e o cativeiro das mulheres se constroem nessas relações sociais e históricas. É por isso que os cativeiros das putas, das loucas e das presas é ainda mais cruel, pois são considerados desviantes do caminho. Ainda assim, tanto a freira quanto a *madresposa* compartilham com as demais cativas o controle de seus corpos. Para Lagarde, o corpo das mulheres é a forma como o cativeiro se materializa como vínculo da mulher com o mundo.

O corpo passa a ser o lugar do "dever ser", pois a mulher jovem "deve" proteger sua virgindade, sentar de pernas fechadas, usar roupas que não mostrem demais. A mulher adulta "deve" usar o corpo para ter filhos, para o prazer do marido, para

dar de mamar aos seus bebês. A mulher idosa “deve” esconder seu corpo cheio de marcas, não expressar sua sexualidade, usar a energia que resta do seu corpo para cuidar dos netos. As instituições de poder decidem como as mulheres devem expor seus corpos e o que não devem fazer com eles. O Estado e a Igreja proíbem a mulher de decidir sobre seu corpo, como no caso da criminalização do aborto. A Educação, formal e não formal, ao reproduzir as normas patriarcais, decide quais brincadeiras são de meninas e de meninos e reforça comportamentos de gênero esperados, punindo aqueles que não cumprem com essas expectativas.

Os cativeiros da puta, da presa, da louca, e até mesmo o cativeiro da freira, são sufocantes e visíveis. Nenhuma delas é considerada boa escolha para manter girando a roda do ideal de amor romântico e do capital. O importante é levar em conta que mulher boa é mulher “pra casar”, coisa que, para o patriarcado, nenhuma dessas acima o são. Segundo Marcela Lagarde (2005), para a sociedade androcêntrica, a puta é lugar do corpo que é usado por “todos” os homens. Puta é um conceito mais geral que serve para definir as mulheres que fazem uso de sua sexualidade e erotismo em uma sociedade demarcada pelos tabus sexuais. Já a prostituta vende o seu corpo por dinheiro, vende prazer. O corpo é lugar do pecado, da luxúria, daquilo que “não se encontra em casa”. É a mulher que o homem busca, usa, paga e vai embora. Os corpos das mulheres são controlados e exercer a sexualidade de forma livre ainda é proibido para elas. É só fazermos o exercício de pensar em quantas vezes ouvimos os homens em seus grupos de amigos falando sobre sexo. E quantas vezes ouvimos grupos de amigas conversando publicamente sobre o tema? Ao analisarmos como as meninas e mulheres são educadas com relação a sua sexualidade, podemos afirmar que a elas estão postos limites, enquanto para os meninos e para os homens há estímulos que os instigam a vivenciar os temas sexuais muito mais do que as mulheres. Assim, a puta pode não ser necessariamente a prostituta, visto que o modo pejorativo da palavra pode ser direcionado às mulheres “de bem” como a *madresposa*, decente e respeitada. A *madresposa* pode passar pela situação de receber um insulto ou juízo de valor e ser chamada de puta. A mulher é puta simplesmente por gostar de sexo, por falar dele, por tomar a frente e mostrar seus desejos. O conceito da categoria puta é machista, tanto cultural quanto politicamente, e busca demonizar o erotismo das mulheres, oprimindo os seus desejos sexuais. Serve também para marcar as mulheres que trabalham com sexo, ou seja, as prostitutas.

No imaginário cultural brasileiro, em grande medida construído com base no racismo estrutural, quando falamos de corpo erótico, sensual e sexual, este nos remete à figura da mulata. Ela é o corpo do desejo, do prazer, do mistério, do “ziriguidum”. Lélia Gonzalez (1982; 1983) critica esse ideal ao apontar a construção da mulata como produto de exportação do Brasil. Para a autora, após o período escravocrata, há três noções atribuídas à mulher negra brasileira: a mulata, a doméstica e a mãe preta.

A mulata é mistificada, dando a ideia de espaço de poder para a mulher negra, que vai em busca de trabalhos em que seu tipo é "valorizado", como as passarelas de moda ou as escolas de samba. Muitas meninas preferem ser objeto de desejo a empregada na casa da mulher branca. A figura da mulata dançarina de carnaval é vendida mundo afora como orgulho nacional. Ela é sexy, com rebolado e requebrado; a ela é permitido o pecado. O que se vende é a ideia de que qualquer homem gringo pode chegar aqui e pegar a mulata. Ela está apenas para o prazer, sendo condenada a ser objeto. Um dos lugares da mulher negra na sociedade brasileira é o da luxúria, do pecado, e está muito próximo do cativeiro da puta apresentado por Lagarde, mas não só é esse o lugar designado para as mulheres negras.

O racismo é a invenção cruel dos brancos e é mais cruel ainda com as mulheres negras. A opressão se apresenta especialmente nas questões de raça/etnia, de gênero e de classe. Para a autora Kimberlé Crenshaw (2004), há uma interseccionalidade que faz com que as mulheres sofram uma múltipla opressão, o racismo pela cor da pele; o machismo, por serem mulheres; o classismo, por estarem na condição de empobrecidas.

A cor é do pecado é a mulata tipo exportação, assim ela é vista: com olhos de desejo pelos homens e de inveja pelas mulheres brancas. Esse pensamento está estruturado em nossa sociedade, tanto quanto o mito da democracia racial, também denunciado por Gonzalez já em 1982. Ou seja, o Brasil se construiu como se as relações entre brancos e negros fossem pacíficas. Como se a escravidão nunca tivesse existido ou se ela fizesse parte de um passado distante, sem consequências atuais. A romantização das "relações inter-raciais" entre escravizadas e senhores brancos foi denunciada pelas feministas negras, pois o que ocorreu naturalizadamente foram as violências e os estupros das mulheres negras. Essa é a história real de um país que não reconheceu **ainda** as suas feridas abertas e que, portanto, não se responsabilizou por seus erros. Essa estrutura racista é baseada no mito da democracia racial e se mostra na cultura do entretenimento. No ano de 2004, tivemos uma novela chamada "Da cor do pecado". A trama conta a história de amor de Preta, uma mulher negra e pobre vivida por Taís Araújo e Paco, um jovem branco e rico, interpretado por Reynaldo Gianecchini. A pesquisadora Raquel Luciana de Souza (2009) apresenta uma reflexão sobre a novela:

> Em dezembro de 2003, criou-se um furor na mídia, em torno do fato de que a novela das 7 da noite teria sua primeira protagonista negra, Taís Araújo. Porém, simultaneamente, um duro golpe foi desferido nas esperanças de que a personagem trouxesse alguma redenção para a já dilapidada imagem das mulheres negras na televisão brasileira: o título da novela, A Cor do Pecado. A trilha sonora trazia a canção homônima, cuja letra discorre sobre a traiçoeira irresistibilidade da cor e do sabor da pele morena. Salta aos olhos, portanto, as óbvias e aflitivamente problemáticas implicações da

> associação direta da raça negra e a pele não branca com o pecaminoso ou a transgressão de preceitos cristãos. E a trama... Trazia mais uma vez, uma mulher negra pobre que encanta um branco rico com o seu charme e simplicidade, e que inexplicavelmente não consegue resistir aos encantos de sua pele, da "cor do pecado". [...] Preta, assim como Xica e atualmente Helena, incorporam o pensamento hegemônico sobre raça e miscigenação, e sobre relações raciais e de gênero no país. Essas personagens possibilitam uma reiteração contemporânea das narrativas fantasiosas de Gilberto Freyre sobre o processo de colonização do Brasil, e, por conseguinte, do mito da democracia racial. Concomitantemente, as mesmas incorporam e se encontram inseridas em tramas que evidenciam as profundas contradições desses mitos fundadores e narrativas tradicionais. (SOUZA, 2009, *online*).

O título da novela e o excerto acima exemplificam o que foi dito até aqui. Se a protagonista dessa novela fosse uma mulher branca, o nome da novela seria o mesmo? Certamente não faria sentido, pois, na nossa cultura racista, a mulher branca não tem a cor do pecado, mas sim da pureza.

Novamente caímos na armadilha do bem e do mal, da santa e da puta, da mulher boa e da má. São esses os cuidados que precisamos ter ao nos relacionar com as mulheres e meninas do nosso entorno, evitando prejulgamentos oriundos da forma com que aprendemos a olhar o mundo dicotomicamente. Muitas vezes enquadramos mulheres em caixinhas e as aprisionamos no cativeiro da puta, pelo preconceito seja por seu modo de vestir, seja pelo andar e falar diferentes dos nossos.

Se a puta representa aquela que busca da liberdade não permitida para as mulheres, a presa representa o cativeiro do corpo daquela que o vive de forma material. A presa está cativa, entre quatro paredes, em sua cela. Ela também é vista como pecadora, como a criminosa. É o corpo encarcerado daquela que fez más escolhas e a quem não se deve a confiança. A prisão é criada para reter aquelas pessoas que não seguem as normas e, se para os homens é lugar de estigma, para as mulheres é ainda maior o peso da prisão. Em certa medida, todas as mulheres vivenciam de modo simbólico a prisão de seus cativeiros pessoais, em contrapartida as presas vivenciam o simbólico e o real ao mesmo tempo. Pensar nas mulheres encarceradas nos faz pensar sobre nossas próprias prisões. A presa tem sua sexualidade mantida em cativeiro, e a puta é quem tenta viver para além dos tabus sexuais. Já a freira está condenada a não poder expressar seus desejos, pois seu corpo é sagrado, é dedicado a Deus. O cativeiro da freira está ligado, entre outros, aos votos que realiza, pois, para Lagarde (2005), a religiosa renuncia não apenas a seus bens materiais, mas a si própria. Ao fazer o voto de castidade, ela renuncia sua subjetividade, renunciando sua sexualidade e a relação com seu corpo. A freira não se casará com um homem, e sim com Jesus; nem terá filhos, mas cuidará de muitas pessoas. Para o patriarcado, ela não precisa da sexualidade. Aos olhos da tradição religiosa cristã o sexo é para a reprodução e não para o prazer, sendo este último considerado pecaminoso, por

vezes diabólico.

A religiosa, por ter que viver o ideal da pureza e da doação ao próximo, muitas vezes nos parece distante, como se não fosse mulher como as demais. Fazer o exercício de pensar nas freiras tomando uma cerveja, rindo alto, dançando causa-nos estranhamento. É como se, para essas mulheres, só estivesse permitido o orar, estudar e o se doar. Os olhares julgadores da sociedade recaem sobre qualquer modo de se comportar diferente do esperado, e elas acabam objetificadas nesses ideais de pureza e perfeição. As religiosas são mulheres como todas as outras e é necessário que possamos olhar para elas sem o peso dos dogmas. Pensar sobre nós, sobre nosso corpo e sexualidade é parte importante da nossa construção como seres humanos. Se nos é retirado esse direito, acabamos por nos perder nas correntes que nos atam aos cativeiros.

Outro modo de estar no mundo é vivenciado pelas mulheres com transtornos mentais, as chamadas "loucas". Para Lagarde (2005), é através do discurso da psicopatologia que se baseia o que é normal e o que não é. Vimos anteriormente que muitas mulheres foram encarceradas em manicômios por transgredirem as regras patriarcais. Mulheres que não queriam se casar ou ter filhos são exemplos do tipo de "anormalidade" que a sociedade machista apresenta para elas. Claro que existem pessoas que são acometidas por questões de cunho psicológico e precisam de tratamento, mas, em geral, as mulheres não precisam de um diagnóstico para serem chamadas de loucas.

O cativeiro da louca não está apenas para as mulheres com transtornos mentais, mas para qualquer mulher que já ouviu de alguém a frase: "você tá louca". As loucas são as feministas, as artistas, as solteiras; é a "outra mulher" que não segue o modo de vida que acreditamos ser o correto (LAGARDE, 2005). É a mulher que deixa filhos e marido para sair com as amigas no fim de semana, é aquela que fala para o marido limpar a casa enquanto ela está no trabalho, é quem decide estudar em vez de casar. Estar ou escolher viver sem um homem é entendido como loucura. Viver sozinha é ser a "louca dos gatos" ou a versão mais recente, que é a "louca das plantas". Muitas mulheres, durante uma discussão ou discordância, ouvem de seus companheiros que são loucas, irracionais, que não sabem o que dizem. O cativeiro da louca serve ao patriarcado para descreditar a fala e o conhecimento das mulheres. Somos consideradas inconstantes e desequilibradas, quando, na maior parte do tempo, estamos lúcidas e conscientes do que vivenciamos, pensamos e sentimos. Os homens usam a ideia de loucura para paralisar suas parceiras, para que duvidem de si. Eles são criados para se acharem os donos da razão e, quando percebem que precisam ter que lutar por este espaço, usam a armadilha da loucura para manter sua posição de poder frente às mulheres.

Ao analisarmos os cativeiros, percebemos que a maioria deles representam modelos de mulheres que não "servem" aos desígnios do patriarcado, ou seja, ser uma

boa esposa e mãe. Todas carregamos um pouco da puta, louca, presa e freira em nossas individualidades, mas, dentre os cativeiros, a *madresposa* é aquele que todas somos. Ela é a única representante da mulher possível na sociedade machista, e, segundo Lagarde (2005), o cativeiro onde nos sentimos confortáveis de estar. É a dona dos cuidados maternos e maritais. Apesar de não parecer a uma primeira vista, ela é um dos cativeiros centrais na nossa vida como mulheres.

Para as mulheres brasileiras negras está reservado o lugar da *madresposa,* por meio do que Lélia Gonzalez definiu como a doméstica e a mãe preta. O lugar da serviçal/doméstica, daquela que cuida de todos na casa grande e em boa parte das casas da classe média brasileira. A mãe preta é a que, segundo Gonzalez (1982; 1983), representa o que era e é esperado pela sociedade branca e de classe média, ou seja, resignação e obediência frente à opressão vivida. Mas também é a mãe preta que medeia as tradições da cultura africana junto aos grupos brancos a que ela serve e, com isso, africaniza o português gerando o pretuguês.

Quantas são as barreiras que as mulheres enfrentam em suas vidas por serem quem são. Os muros que precisam ser derrubados todos os dias frente aos preconceitos de gênero, produzidos pelo machismo de cada dia. Às vezes precisamos transgredir algumas das regras para realizar nossos trabalhos, para escolher o que queremos para nossas vidas, para ter um tempo só para nós. De certa maneira, as mulheres em geral estão presas em uma sociedade que não as valoriza, que não as respeita, que as violenta e, muitas vezes, as mata. Estão presas ao cuidado com os outros, por meio da servidão voluntária, a não poderem exercer sua total autonomia no mundo.

1.2 A servidão voluntária: aprendizagem de todas as mulheres

O trabalho da servidão voluntária da *madresposa* vai além do remunerado, é um trabalho invisível aos olhos da sociedade, aquele que realiza sempre que chega em casa. A maioria das mulheres vive a chamada “segunda jornada”, pois, ao sair do trabalho, ainda tem a casa para limpar, a louça e as roupas para lavar, fazer a janta e, às vezes, já deixar pronta a marmita do almoço do dia seguinte. Quem tem filhos tem de ver a tarefa, dar banho, organizar os materiais de aula, colocar para dormir. Outras vezes ainda tem de usar as poucas energias que sobram para dar carinho aos filhos e atenção ao marido. Quem realmente enxerga e valoriza essas funções de mãe e esposa? Quantas vezes ouvimos um “obrigada pelo almoço/janta”, “nossa, olha esse chão, tá brilhando de tão limpo!”, “obrigada pelas roupas lavadas e cheirosas”? Acreditamos que, se ouvimos, foram tão poucas vezes, que nem conseguimos lembrar ou, se lembramos, conseguimos contar nos dedos de uma mão.

As mulheres aprenderam a ser responsáveis pelo cuidado material e emocional

das pessoas ao seu redor. Hoje em dia, trabalham no espaço público com afinco e servem com dedicação aos entes queridos que delas muitas vezes dependem. Sobre esta discussão, uma das autoras deste livro, Sara Campagnaro, psicóloga, produziu sua dissertação de mestrado (2019) analisando relatos de mulheres que descrevem o que Lagarde (2005) também identificou sobre as formas de servidão voluntária. E muitos desses relatos indicam pais, maridos, amantes, primos e/ou filhos dependentes do conhecimento e administração delas na casa. Muitas vezes eles não sabem onde ficam os utensílios da cozinha ou até as próprias toalhas de banho. Todas essas são funções do cuidado com a casa que as esposas realizaram e seguem realizando, embora boa parte dos homens nunca tenham precisado pensar nelas ou executá-las. Antes do casamento existia uma mãe que tudo servia e, após o casamento, a esposa segue nesse papel. E, na classe média assim como nas classes altas, há a figura das empregadas que invisibilizam os cuidados, pois são elas que, terceirizadas, são as produtoras da manutenção da vida. Certamente muitas mulheres conhecem histórias parecidas nas quais, por exemplo, quando a esposa falece, o marido fica extremamente perdido, não sabendo escolher suas roupas e, às vezes, nem mesmo encontrá-las; não sabendo se pentear sozinho ou tomar suas medicações. A mulher, nesses casos, seguiu maternando o marido de modo a se tornar extremamente necessária/imprescindível para a vida dele.

A servidão voluntária é a dedicação para além daquilo que precisaria ser e que, muitas vezes, fazemos sem pensar ou refletir. O conceito de servidão voluntária aparece pela primeira vez nos escritos de Étienne de la Boétie (1530-1563), filósofo francês que, em sua obra "Discurso sobre a servidão voluntária", escrita no ano de 1549 e publicada originalmente em 1576, discorre sobre a relação de subjugação do povo a um rei. Para o autor, era inconcebível a ideia de que soldados colocassem suas vidas em risco por um homem autodeclarado rei. Da mesma forma, a população se colocava à mercê da proteção deste mesmo homem, vivendo uma vida de servidão e de pagamento de impostos sem ao menos se questionar. La Boétie (2017) chega à conclusão de que os ensinamentos passados através das gerações, no caso o da servidão a uma figura monárquica, tem poder de moldar os seres humanos. Para ele, soldados e população se acostumam ao gosto amargo da servidão, acreditando ser essa a única forma de existência. Assim, as pessoas, de modo voluntário, contentam-se com a vida em servidão. Ao reapresentar esse conceito sob a interpretação feminista, Marcela Lagarde (2005) amplia a discussão sobre os trabalhos invisíveis realizados pela *madresposa.* A servidão voluntária das mulheres se revela quando estas abdicam de sua liberdade em prol dos cuidados de e para outros (filhos, marido, parentes). Como as mulheres são ensinadas, ao longo das gerações, de que amar é colocar sempre os outros em primeiro lugar, acabam por esquecer a si mesmas. A servidão de La Boétie relida por Lagarde demonstra que as tradições, socializações e processos educativos estão no centro da construção e fortalecimento da servidão voluntária (CAMPAGNARO, 2019).

Estar a serviço de outras pessoas por amor e cuidado é uma das muitas "especialidades" das mulheres, que, ao longo da vida, acaba por desgastar sua saúde física e psíquica, o que Lagarde chama de energia vital. A ideia de dar conta de várias atividades ao mesmo tempo é algo que muitas vezes carregamos com certo orgulho, mas realmente damos conta de tudo? Será que os homens não conseguem fazer da mesma forma que fazemos ou somos nós quem não os deixamos tentar? É importante refletir sobre nossas atitudes frente a esses questionamentos buscando compreender de onde vem esses aprendizados que carregamos como parte inerente de nosso ser.

Cuidar de alguém envolve entrega, paciência, amor e dedicação. Quando nos atentamos para as profissões ditas do "cuidado", elas são compostas em sua maioria por mulheres. Os cursos de pedagogia, magistério, psicologia, enfermagem, nutrição, fisioterapia são exemplos de profissões com que grande parte das mulheres se identifica. A pedagogia foi, por muitos anos, considerada uma "vocação" feminina, chamada de curso "espera marido", e, no início do século XX, uma das únicas profissões permitidas e acessíveis para mulheres solteiras ou viúvas. Ainda assim, ao se casar, as professoras perdiam o cargo. Até mesmo para frequentar a faculdade, como no caso da pedagogia, as mulheres tiveram de lutar por este direito. As primeiras universidades do Brasil datam de 1808 e, apenas em 1879, o governo imperial permitiu, ainda que com ressalvas, a participação das mulheres nessas instituições. Para adentrar no Ensino Superior, elas precisavam da autorização dos seus pais, no caso de serem solteiras, ou do marido se fossem casadas.

A ternura, o carinho e cuidado foram, e em certa medida ainda são, considerados como inatos às mulheres, como se nascêssemos prontas para cuidar de outras pessoas. A ideia de que mulheres são "naturalmente" maternais permeia a construção das profissões do cuidado como sendo próprias para as mulheres. Se a sociedade machista nos impõe um destino, como destaca Beauvoir (2016), em seu "O Segundo Sexo", sendo este o casar, ter filhos e deles cuidar, aí está uma "boa" justificativa para maternar também nos espaços públicos de trabalho. A pedagogia como profissão de mulheres cresceu ao passo que os homens buscavam igualar a educação do espaço privado da casa ao espaço público da escola. Ora, se a mãe é aquela que educa, só uma outra mulher poderia fazer tão bem essa outra educação no espaço formal da escola.

Quando crianças, ouvimos que "a escola é a nossa segunda casa". Seria a professora a nossa segunda mãe? Talvez não necessariamente uma mãe, mas quem sabe uma tia amorosa? A doação por amor e o afeto para com as crianças é muitas vezes esperada das professoras, principalmente daquelas que trabalham com os anos iniciais na educação básica até os anos finais do ensino fundamental, mas se altera no Ensino Médio, em que se observam mais homens professores, especialmente nas disciplinas de matemática, história, geografia, filosofia, física e química.

Dessa maneira, a sociedade patriarcal constrói em torno da professora uma aura de cuidado, de proteção, acreditando que apenas uma mulher pode cuidar tão bem dos filhos de outra. As mães e pais deixam suas filhas e filhos pequenos com a segurança de que a "tia" da escola vai cuidar delas e deles como se fossem seus. No espaço da escola, são muitas as cuidadoras para além da professora, pois as instituições escolares são constituídas de muitas forças femininas. Tem a "tia" da cozinha, da limpeza, da portaria e da secretaria. É como se fosse uma grande família constituída de várias mães, tias e suas crianças, que passam o dia nesta "segunda casa" para, ao final do período de aula, voltarem para os braços de suas mães originais.

Imaginamos, pois as três autoras que aqui escrevem são também professoras, que, como nós, nossas colegas criam afetos e conexões verdadeiras com alunas e alunos. Não são poucos os casos nos quais estudantes contam suas histórias de vida e nos emocionam com suas dificuldades, conquistas e desejos de construir projetos de vida. Certamente muitas das educadoras do ensino básico e fundamental já tiveram vontade de "levar para casa" alguns de seus pequenos que por qualquer motivo estavam sofrendo. Infelizmente a realidade do nosso país escancara a vulnerabilidade social que muitas crianças vivem, passando fome ao ponto de a única refeição ser a merenda da escola. A escola pública, ainda que com poucos recursos, muitas vezes é o único lugar de segurança dessas crianças. É nesses momentos que as "tias" da escola são abrigo, lugar do colo, do amparo, do amor e afeto. E não há problema em ser carinhosa, em acolher alunas e alunos quando solicitadas, mas precisamos compreender que o lugar da professora e de tantas outras mulheres que atuam nas escolas é o da trabalhadora.

Paulo Freire (1997), quando escreveu o livro "Professora sim, tia não", denunciou o lugar da tia e anunciou a importância do lugar da trabalhadora. Professoras são profissionais da educação, estudam e se especializam nessa área, portanto é necessário que sejam vistas e remuneradas como tais. Entre as armadilhas que envolvem as aproximações entre a mãe zelosa e a tia bondosa da escola é que a primeira não recebe salário para cuidar de seus filhos, então, partindo desta premissa, a "tia", que faz seu trabalho por amor, não teria por que reivindicar uma remuneração justa. Por isso a importância de reconhecer as professoras e as demais mulheres que atuam nas escolas como trabalhadoras, afastando aos poucos a imagem idealizada de que são uma segunda mãe para as crianças.

Historicamente a imagem das mulheres está situada na maternidade. Com isso, é esperado de nós o comportamento amoroso e de cuidado para com as outras pessoas. Nos identificamos com esse lugar, e esta é uma das questões que levam ao cativeiro da *madresposa*, fazendo com que este seja, entre os demais, o mais viável e confortável para nós. Dos cinco cativeiros apresentados por Lagarde, ela afirma que o único que todas as mulheres compartilham é o da *madresposa*. Desde o momento em que a menina ganha sua primeira boneca e, a partir dela, todos os brinquedos

que remetem ao espaço da casa, como as panelinhas e vassourinhas, vai se construindo um espaço de educação para esta futura mulher cuidadora. Fica fácil nos reconhecer atentas no espaço da casa e para com as pessoas que nela habitam, visto que, desde meninas, somos especializadas em pensar nos outros antes de pensar em nós mesmas.

Para além do espaço de trabalho, é no espaço da casa que muitas mulheres se sentem confortáveis para tomar decisões, coordenar e organizar o cotidiano dos serviços domésticos. Os homens também apontam esse como sendo o território das mulheres e, por vezes, o único lugar onde acatam as regras e decisões de suas esposas. Quantas vezes já ouvimos que a mulher é a "rainha do lar"? Nos colocam nesse lugar de "realeza" como se fosse algo especial, quando, na verdade, esse posto mascara um trabalho invisível. Cozinhar, lavar, passar, limpar e cuidar dos filhos é desgastante, ainda mais se a mulher trabalha fora. Apesar disso, muitas de nós pegamos essas funções como se fosse nossa obrigação e de ninguém mais. Por isso nos sentimos confortáveis nesse lugar de cuidado e, ainda que façamos a crítica ou atuemos de maneira distinta dividindo esses afazeres com nossos companheiros, a sociedade cobra da mulher que seja ela quem o faça.

O comportamento esperado é que as mulheres abdiquem de si e que escolham sempre ser o colo de alguém, o ombro amigo, aquela pronta a acolher. E de várias maneiras fazemos isso em nossas amizades, com colegas de trabalho, com familiares. Ao cumprir com o esperado, nós nos sentimos preenchidas, orgulhosas por fazer alguém feliz, por dar amor a quem veio ao nosso encontro. Um sorriso, um abraço, a percepção da leveza do outro após uma ajuda nos preenche momentaneamente, nos traz a sensação de que fomos um pouco da mulher que esperam de nós, que fomos a *madresposa*. Isso nos conforta, nos coloca no eixo, por isso que este é o nosso cativeiro viável e esperado.

O cativeiro é internalizado, se tornando parte de quem somos, por isso, em maior ou menor grau, as mulheres se identificam com ele. Exemplos de como deveriam agir boas mães e esposas estão representadas nas novelas, filmes, músicas e em outros espaços culturais. Novelas como "Senhora do Destino" (2004) e "Amor de Mãe" (2019) focam suas tramas em protagonistas mulheres, mas suas histórias e motivações giram em torno de outras pessoas, geralmente filhos, ou na busca por um amor. Os objetivos das mulheres dessas novelas fazem com que elas usem sua força e energia em prol da busca de uma filha perdida, do reencontro ou reaproximação com o filho, ou de restabelecimento de um relacionamento amoroso. Raramente vemos exemplos de mulheres que lutam em busca de realizar um grande feito para si mesmas, histórias em que as heroínas alcançam um projeto de vida que não envolva amar aos outros. Crescemos com essas referências e com elas aprendemos que ser mulher é se dedicar de modo amoroso para com outras pessoas. Este é o problema central do cativeiro da *madresposa*, ser dedicada e amorosa para com os demais e

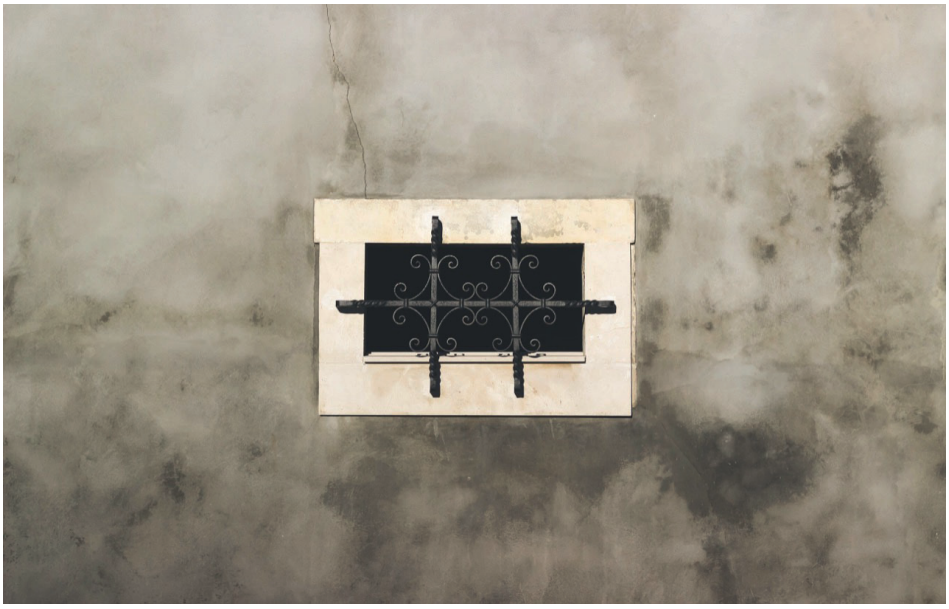
quase nunca consigo mesma. Todos esses processos passam pela via da socialização, cultura e educação, por isso que compreender o modo como nos aprisionamos voluntariamente é importante para que esse lugar possa ser de transformação. A educação crítica que suspeita dos processos automatizados, tanto nos espaços formais quanto não formais, tem um papel importante no processo de libertação das meninas e mulheres para que elas possam abrir, com as chaves certas, os cadeados desses cativeiros e trilhar um caminho de maior autenticidade.

2 AS MULHERES E A *MADRESPOSA*

Um dos principais “cativeiros” desenvolvidos por Lagarde se refere ao cativeiro das *madresposas*. Pensamos que este seja um cativeiro fundamental, pois ele condensa e incorpora em sua constituição duas das principais funções exercidas pela maioria das mulheres ao longo da história da humanidade, que são o exercício dos papéis sociais de mãe e de esposa. Dessa forma, neste capítulo vamos tratar ainda do conceito de patriarcado e discutiremos dois aspectos fundamentais na construção de nossas feminilidades e de nossas identidades enquanto mulheres: a maternidade e a conjugalidade.

2.1 Ainda o patriarcado para a leitura de mundo

E, antes de abordarmos os dois elementos: a maternidade e a conjugalidade, vamos relembrar aqui o termo, que você já leu na introdução deste livro e que vemos como sendo fundamental para essas construções, que é o patriarcado. Afinal, o que entendemos por patriarcado?



Fonte: Foto de Catarina Carvalho.

Como já vimos na introdução do nosso livro, patriarcado é uma palavra de difícil conceituação, pois ela existe há muito tempo e se estrutura de forma diferente em cada lugar e em cada contexto histórico. O patriarcado possui a característica de se retroalimentar da cultura de cada localidade, se adaptando aos valores, pensamentos e crenças de cada contexto, mas mantém em sua essência dois princípios fundamentais: a) a manutenção de uma relação de poder que sustenta uma ordem hierárquica na qual os homens vivem em situação de superioridade em relação às mulheres e b) o estabelecimento de estratégias diversas para que as mulheres se submetam a essa situação de subordinação e subalternidade, de forma que essa submissão seja voluntária e pacífica, em conformidade com as estruturas desiguais de poder.

Para Lagarde (2012), o patriarcado se refere ao poder de dominação de gênero, exercido por figuras masculinas sobre as mulheres, mas não apenas sobre elas, também sobre seus próprios descendentes (filhos e filhas), outros membros de suas famílias e, inclusive, outros homens, inferiorizados por sua condição de classe ou de raça ou de geração, por exemplo. Isso significa dizer que existe uma complexidade que envolve diversos marcadores sociais que se atravessam e se fortalecem na sociedade patriarcal.

É importante afirmar que as diferenças de papéis entre homens e mulheres não necessariamente produzem hierarquias de superioridade/inferioridade por si sós. Na verdade, pesquisadoras identificaram algumas experiências de sociedades que mantinham diferenças entre homens e mulheres – especialmente no que se refere a diferentes atividades no mundo do trabalho – mas não havia diferenças hierárquicas nessas estruturas sociais. Dessa forma, nessas sociedades, os homens e as mulheres realizavam atividades diferentes que não sinalizavam relações de poder entre esses grupos, mas sim uma interessante equidade de gênero estava posta nesses locais. Como exemplo desses estudos, podemos citar as pesquisas realizadas pela antropóloga norte-americana Margareth Mead, publicadas na década de 30 do século XX, em que a pesquisadora etnografou[4] três comunidades da Nova Guiné: os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli, chegando à conclusão de que, embora essas três comunidades tivessem diferentes estruturas, elas não apresentavam hierarquias em relação aos papéis de gênero, não se constituindo em comunidades patriarcais, pois as três estabeleciam relações de equidade de gênero.

O patriarcado tem como um de seus principais pilares de sustentação a produção e a reprodução de uma hierarquia de gênero. Umas das primeiras obras na conceituação do patriarcado é o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels, lançado pela primeira vez em 1884. Hoje considerada um clássico, podemos dizer que essa obra abriu um leque de possibilidades para problematizarmos o interior da constituição da instituição família e suas articulações

4 O livro que traz os resultados dessa investigação foi publicado pela primeira vez em 1935 e tem como título *Sexo e temperamento em três sociedades primitivas*.

internas e externas na manutenção da estrutura de poder dos homens sobre as mulheres. De lá para cá, diversas mulheres foram se apropriando dessa discussão e produzindo novos argumentos críticos sobre o patriarcado, tentando compreender seus princípios de funcionamento historicamente colocados, na tentativa de conhecê-lo para transformá-lo, sempre na busca de superação dessa construção e de apontamento para a abertura de novas construções sociais e familiares que possibilitem maior equidade social[5] para ambos os grupos, tanto homens como mulheres.

O patriarcado alimentou uma construção hierárquica de poder que historicamente delegou às mulheres as atividades de cuidado típicas do espaço doméstico, restringindo e coibindo fortemente suas participações nos mais diversos espaços públicos. Essa representação social do marido provedor e da esposa do lar alimentada por diversas instituições sociais de base patriarcal, ao longo de séculos, limitou muito a participação das mulheres em diversos espaços sociais, inclusive escolares. As mulheres terem direitos a estudar, trabalhar, receber salários, votar e serem votadas, tudo isso são conquistas que foram o resultado de lutas do movimento feminista ao longo de muito tempo e em vários lugares.

Mais recentemente na história, houve pesquisadoras importantes que muito contribuíram nos estudos sobre o patriarcado. Podemos citar o livro *A criação do patriarcado*, da historiadora Gerda Lerner. Nele, ela afirma que Aristóteles acreditava que as mulheres tinham o sangue mais frio do que os homens, o que fazia com que elas não evoluíssem para homens, o sexo que Aristóteles acreditava ser perfeito e superior. Esse pensamento que compreende as mulheres como seres biologicamente inferiores, pouco evoluídas e com capacidades limitadas, assim como tantas outras ideias desse tipo, foram determinantes para a construção das bases do patriarcado, pois permitiram que aos homens fossem destinados espaços e papéis de maior importância e prestígio na sociedade. Além dessa retirada das mulheres desses espaços de poder, também o patriarcado delega a elas um papel de submissão e dependência em relação aos homens, considerados verdadeiros guardiães das mulheres enquanto seres inferiores, frágeis e dependentes.

Sobre essa construção histórica, alimentada pelo patriarcado, destacamos aqui o livro publicado por outra historiadora, a brasileira Ana Maria Colling. Na sua obra *Tempos diferentes, discursos iguais* (2014), ela apresenta diversos discursos que foram sendo construídos ao longo da história e que se retroalimentaram entre si na construção de uma representação desvalorizada do feminino. Esses discursos foram construídos por diversas instituições sociais e abarcam diversas áreas de conhecimento. Os discursos identificados por ela e desenvolvidos no livro são o grego, o reli-

5 Aqui se prefere o uso do termo equidade social em relação à igualdade social. Essa escolha se dá em função de que se reconhece que possa haver diferenças entre homens e mulheres, pois acreditamos que a pauta das mulheres não deve se dar na busca de igualdade – pois as mulheres não esperam ser iguais aos homens - mas sim na busca de equidade, pois isso significa que haja respeito às diferenças de cada um/a.

gioso, o médico, o psiquiátrico e o psicanalítico. O livro apresenta trechos de diversos documentos históricos nesses campos de conhecimento que sustentam e reforçam discursos de menosprezo e diminuição das capacidades das mulheres.

No que se refere à construção do conceito de patriarcado, queremos destacar aqui a grande contribuição da socióloga brasileira Heleieth Saffioti. Considerada a autora da primeira tese feminista defendida no Brasil, no início da década de 70, durante toda sua vida produziu muito material sobre o patriarcado, focando suas produções neste tema, além de outras temáticas importantes para as mulheres, como a violência doméstica, que também foi outro assunto muito desenvolvido por Heleieth.[6]

Saffioti defendeu o uso do termo patriarcado, mesmo quando diversas pessoas defendiam a substituição do termo patriarcado pelo termo gênero. Embora não se ignore a potência que o conceito de gênero trouxe para o reconhecimento das estruturas sociais que interagem na construção das identidades de gênero, sempre defendeu que se trata de coisas distintas, embora relacionadas entre si. Para ela, o patriarcado possui algumas características específicas que o constituem e que o uso de gênero pode invisibilizar. Para Saffioti (2004), em primeiro lugar o patriarcado não se refere a uma relação privada, mas pública. Essa compreensão retira do âmbito do privado uma relação que é muito mais ampla e complexa do que isso, pois se coloca em diversos espaços sociais, como escolas, ambientes de trabalho, entre outros. Lembramos que antigamente se utilizavam diversos ditos populares sobre a dimensão privada das relações entre homens e mulheres, pois era comum ouvirmos frases do tipo: “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Essa perspectiva deixava as mulheres vítimas de violência completamente à margem e totalmente sozinhas.

A Lei Maria da Penha[7] foi criada justamente para propor o contrário a isso, tirando as mulheres vítimas da violência dessa solidão e desse isolamento, possibilitando que se combata a violência contra elas e que se punam os culpados. Essa atitude contribuiu para, além de possibilitar um enfrentamento à violência de gênero, visibilizar os alicerces do modelo de família e de sociedade patriarcal, que tem na violência um de seus pilares de sustentação. Dessa forma, a autora admite que o patriarcado configura uma hierarquia que se espalha por todos os espaços da sociedade, e essa relação de poder dos homens sobre as mulheres extrapola o ambiente familiar e

6 A obra de Heleieth Saffioti se encontra disponível na plataforma marxismo 21, no link https://marxismo21.org/heleieth-saffioti-marxismo-genero-e-feminismo/

7 A Lei Maria da Penha foi criada no Brasil em 2006, como o resultado de uma caminhada por justiça, travada por Maria da Penha, enfermeira que sobreviveu a um atentado que sofreu do ex-marido e que a deixou paraplégica. Essa lei tipifica diversos tipos de violência e normatiza as formas de encaminhamento jurídicos na abordagem sobre o tema, combatendo as diversas violências domésticas que muitas mulheres brasileiras sofrem. É importante lembrar que o Brasil é, atualmente, o quinto país do mundo em mortes de mulheres causadas por crimes de feminicídio. Mais informações em https://www.institutomariadapenha.org.br/

invade a estrutura social e as mais diversas instituições. Outro elemento destacado por Saffioti (2004) sobre o patriarcado se refere ao fato de que ele dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, direitos esses quase sem restrições. Sobre isso, a própria autora atentava para o fato de que pouco podemos mensurar dos estupros que ocorrem dentro dos casamentos, capitaneados pelos próprios maridos. Nesse sentido, a Lei Maria da Penha também pode incidir, já que permite às mulheres denunciarem seus próprios maridos como agressores, se esse for o caso. Mas, mesmo assim, se admite que poucos casos são efetivamente denunciados e levados a julgamento.

Além disso, o patriarcado possui uma base material e representa uma estrutura de poder baseada na ideologia mas também na violência, nos mais diversos níveis, que, muitas vezes, não são violências físicas, mas são violências muito sutis, que produzem o mesmo efeito, qual seja, o de excluir, menosprezar e dominar.

É preciso que se reconheça a real dimensão dessa estrutura, algo que Lagarde (2012) denomina de *formas de organização social*, enquanto práticas, relações e instituições baseadas na dominação do gênero masculino sobre o feminino. Ela também identifica que o patriarcado implica formas de dominação intergênero e intragênero, pois inclui a supremacia de alguns homens sobre outros homens e de algumas mulheres sobre outras mulheres, pois existem diversos condicionantes que determinam as relações de poder, como idade e raça, entre outros marcadores. Caracteriza-se pela dominação consensual, através de ideologias e crenças, mas também sabe fazer uso da violência.

Lagarde nos ajuda na compreensão das formas com que o patriarcado interfere nas estruturas sociais. Para ela, os homens adultos e poderosos dominam as mulheres em geral, mas também dominam os homens com menos poder. “As relações patriarcais de gênero são simultaneamente um princípio estrutural de organização e de reprodução das classes, e de todos os segmentos sociais, das relações étnico-raciais, das relações entre os países no sistema global (2012, p. 361, tradução nossa).

Dessa forma, podemos perceber que, quando falamos de patriarcado, estamos pensando em relações de poder que estão postas na sociedade de forma complexa e que extrapolam, e muito, o universo da vida privada e do espaço doméstico, embora não possamos abrir mão de olharmos também com atenção para a dimensão do privado, pois existe uma forte correlação entre esses dois polos - o público e o privado – já que um não vive sem o outro e, mais do que isso, um é a base de sustentação do outro. Portanto, o processo de subordinação das mulheres tem como alicerce as relações ambientadas no universo doméstico mas se expandem para as demais estruturas da sociedade.

> É significativo que a família patriarcal e a imagem da mulher reclusa à esfera privada e submissa ao marido persistam como modelo de relações

> conjugais, mesmo quando a participação das mulheres no orçamento doméstico, proporcionada pelo trabalho fora de casa, se contrapõe às figuras tradicionais do homem provedor e da mulher economicamente dependente, que caracterizam o patriarcalismo. (LIMA; SOUZA, 2015, p. 518).

Essa configuração tradicional de família pouco se mantém efetivamente, pois sabemos que, na atualidade, a família brasileira já não se encaixa nesse padrão. Hoje a família brasileira, em sua maioria, é estruturada sem a presença masculina. O número de famílias chefiadas por mulheres e sustentadas economicamente apenas por elas é a maioria no país. No entanto, é necessário dizer que, no imaginário social, essa representação patriarcal de família tradicional ainda vive e se reproduz nas mentes de muitas pessoas.

Por isso, quando pensamos sobre o patriarcado e as formas que ele utiliza para sua manutenção, imediatamente precisamos olhar para a instituição familiar. E, a maternidade e a conjugalidade se colocam como principais elementos da família, mesmo que simbolicamente, pois, conforme identifica Lagarde (2015), muitas mulheres não possuem filhos biologicamente falando, mas podem assumir a condição "materna" de cuidadora de alguém durante sua vida (sobrinhos/as, pessoas idosas, etc.), reproduzindo, dessa forma, os papéis tradicionais que a sociedade lhes delega.

2.2 A maternidade: entre o determinismo biológico e a construção histórica do patriarcado

A maternidade é uma relação social que envolve, por um lado, a mulher que se torna mãe e, por outro lado, seu bebê, que se torna seu/sua filho/a. É uma relação cheia de vínculos e afetos que são (na maioria das vezes) desenvolvidos ao longo da vida. Compreendemos essa relação, acima de tudo, como uma construção social, pois se sabe que nem sempre essa relação afetiva se desenvolve, haja vista que, na sociedade humana, sempre existiram crianças abandonadas pelos seus genitores (tanto masculinos como femininos). A maternidade se refere a essa condição vivida por muitas mulheres ao longo de suas vidas e é algo extremamente complexo e profundo, encharcado de sentimentos e significados.

No entanto, embora a maternidade se construa socialmente ao longo da vida das mulheres, entendemos que ela também se constitui de aspectos vindos da biologia, pois é a mulher que possui, biologicamente falando, a capacidade de gestação de uma nova vida.

Lagarde (2005) alarga o conceito de maternidade quando reconhece que a sociedade incentiva nas mulheres suas habilidades de "cuidadoras" e que, para isso, faz uso de argumentos advindos do campo biológico. Dessa forma, para convencer

as mulheres a executarem de forma abnegada esse papel, a sociedade utiliza diversas estratégias, e a mais importante delas se refere aos argumentos construídos no campo da biologia, naturalizando a discussão, aproximando a formação biológica do corpo feminino com sua aprendizagem no campo do cuidado com o/a outro/a.

Desse modo, se minimiza todo o debate que poderia estar sendo feito na sociedade sobre o papel da paternidade, a divisão do trabalho doméstico, a estruturação das famílias, a conjugalidade, etc. e se naturaliza a enorme sobrecarga de trabalho humano que as mulheres assumem ao longo da vida, justificando isso com o discurso de que essa desigualdade é "natural", pois as mulheres possuem estruturas biológicas corporais diferentes das dos homens. Assim, a construção do feminino e também do masculino ficam dependentes das constituições físicas das pessoas. Suas diferenças de sexo são utilizadas pelo discurso sexista e patriarcal como explicativas dos diferentes papéis sociais que ambos assumem ao longo da vida.

Para as mulheres, o patriarcado aproxima e vincula diretamente a capacidade reprodutiva das mulheres e sua capacidade de gestação com as funções de cuidado da criança e da infância, de forma estanque e naturalizada. Esses argumentos têm sido desenvolvidos com diversas nuances ao longo de séculos e atravessam diversos contextos históricos e diversas localidades diferentes. Por isso retomamos o argumento apresentado no início deste capítulo, quando afirmamos a dificuldade de se conceitualizar o patriarcado, reconhecendo que, de acordo com cada cultura, o patriarcado pode alterar suas estratégias de controle, mas sempre mantendo seu propósito principal.

Conforme Colling (2014, p.44-46), se procurarmos no tempo a construção inicial do discurso da "natureza feminina", vamos perceber a importância dos pensadores gregos no início da cultura ocidental, formando um pensamento que marcou profundamente a nossa cultura. A autora situa este começo e demarca sua construção até o século XVIII, quando o corpo das mulheres é compreendido como destinado quase que unicamente como para a maternidade, para a reprodução humana.

A normatização do pensamento médico a respeito do corpo feminino se funde com um discurso negativo, que apresenta as mulheres como seres irracionais e inferiores, incapazes, pouco criativas, em especial nas atividades do tipo intelectual, além de medrosas, frágeis e covardes, escravas de seus corpos e de seus sentimentos, pouco aptas para dominar e controlar suas paixões, sendo inconsequentes, histéricas, vaidosas, traidoras, invejosas, perversas, etc., utilizando, para isso, visões que menosprezavam aspectos específicos da estrutura biológica das mulheres, como a menstruação, por exemplo, que era compreendida como algo nocivo e, por que não dizer, pecaminoso, já que o sangramento representava algo ruim e uma espécie de "castigo". Essas visões negativas e pejorativas das mulheres são representadas por Eva, Pandora, Dalila e outras tantas figuras mitológicas narradas para reforçar o estereótipo da mulher má, formando a crença de que nas mulheres não se pode confiar,

porque são traiçoeiras.[8]

Além desse pensamento, Colling nos mostra outro corpo de discursos, que pode até aparentar ser menos negativo, apresentando-as como morais, frágeis, dóceis, emotivas, delicadas, relacionadas à estabilidade e à comodidade do lar, sensíveis e incapazes de tomar decisões e de serem autônomas. Dessa forma, as mulheres seriam, por motivos da natureza humana, submissas, necessitando serem dirigidas e controladas por um homem. Assim, em ambos os pensamentos, o discurso simbólico alimenta uma determinada natureza feminina, de base biológica e psicológica, que legitima uma sujeição das mulheres aos homens, pois, sendo consideradas por todos (e por elas mesmas) como inferiores aos homens, caberia a elas se submeterem aos seus mandos.

> O discurso da inferioridade feminina estava tão arraigado na estrutura da vida das mulheres e dos homens que poucos o questionaram. A maioria das mulheres acomodava-se na instituição familiar dominada pelos homens, que lhe garantia subsistência, lhe oferecia um companheiro para toda a vida e fornecia um sentimento de proteção frente ao cotidiano da vida. Vivendo para seus maridos, esquecidas, esqueciam de pensar sobre si mesmas. (COLLING, 2014, p. 46).

E, de certa forma, a compreensão de que as mulheres eram diferentes, e a diferença era entendida como inferior, fez com que, no "acender" das luzes da revolução, autores que desencadearam a utopia da igualdade, liberdade e fraternidade, como Jean Jacques Rousseau, por outro lado, mantivessem-se fiéis ao patriarcado da sua época. Não permitiram a construção da cidadania junto com as suas parceiras.

Segundo autores como Rousseau, elas deveriam permanecer na discrição dos lares, preparadas para receber e manter felizes todos aqueles que lutavam no espaço público por dias melhores, sem poder melhorar a vida do espaço privado para poder viver com menos violência, por exemplo. Em especial, as ideias limitadas desse autor com relação à cidadania das mulheres foram escritas no livro considerado até hoje um clássico da Educação, "Emílio, ou da Educação", publicado pela primeira vez no ano de 1764. É nesse livro que o autor detalha observações da vida cotidiana das meninas com muita perspicácia. No capítulo quinto, reservado para a educação de Sofia, a futura parceira de Emílio, Rousseau (1764/2017, p.430) orienta quem educa as meninas para que elas sejam interrompidas dos seus jogos infantis sistematicamente. Ele defendia que elas precisavam aprender desde muito cedo que a sua vida

8 Sobre mitologias femininas, sugerimos o livro de Marta Robles chamado "Mulheres, mitos e deusas", da editora Aleph (2019). Além dessa autora, sugerimos a reflexão que a teóloga feminista Ivone Gebara elabora em seu livro "Mulheres, religião e poder" (2017), em que suspeita sobre a desconfiança que a visão patriarcal hierárquica construiu sobre as mulheres pelo fato delas terem seu protagonismo e com ele, transgrediram a ordem masculina.

seria um eterno parar de realizar uma tarefa para seguir em outra, pois governar uma casa exigia multiplicar-se em muitas simultaneamente. E isso precisaria ser aprendido sem reclamações. Nada melhor do que tornar esse aprendizado automatizado desde quando elas eram crianças.

Importante, porém, é sinalizar que sempre há resistências. Quando utilizarmos a hermenêutica feminista suspeitaremos sobre um texto como esse de Rousseau. E, ao pesquisarmos o contexto desse autor, encontramos uma das autoras contemporâneas a ele, a inglesa Mari Wollstonecraft (1759-1797), que publicou um livro intitulado "Reivindicações das mulheres" (1792, no Brasil somente publicado em 2016), em que faz uma crítica ao livro do "Emílio" de Rousseau, demonstrando grande envolvimento com temas educacionais e com um senso crítico muito apurado.

Podemos afirmar que a *madresposa* é a Sofia moderna de Rousseau, cumpridora de pelo menos três objetivos: unir-se afetivamente e sexualmente a um homem, realizar-se por meio do casamento e da maternidade e sentir-se completa no gerenciamento de uma família. Ela, desse modo, mantém o patriarcado tanto no espaço doméstico quanto no espaço público. Isso ela aprende fazendo, vendo e naturalizando processos. Esse aprendizado vem, desde os brinquedos de menina, praticamente todos voltados para os cuidados de uma família, como também adentrando a intimidade e a vida privada de todas as mulheres, como resultado de um longo e profundo processo pedagógico envolvido numa aprendizagem que alicerça uma relação de dependência das mulheres aos homens (neste caso os maridos), a partir de uma concepção de amor que alimenta uma representação de casamento e maternidade que, unidos entre si, constitui o alicerce da instituição familiar patriarcal.

Outra mulher importante no contexto de Rousseau foi Olympe de Gouges (1748-1793), representante dos Clubes de Mulheres apoiadoras da Revolução Francesa. Gouges se manifestou publicamente sobre o que pensava com relação à importância de as mulheres serem partícipes da nova estrutura da revolução francesa e foi guilhotinada em praça pública pela ousadia dos seus panfletos no ano de 1793.

Um pouco mais tarde, Charles Darwin (1809 - 1882), autor da famosa obra "A Evolução das Espécies", é considerado o criador da teoria evolucionista. Essa teoria foi elaborada por ele para explicar o processo evolutivo das espécies vivas biologicamente constituídas. Darwin não pesquisou a sociedade humana e sua composição social, no entanto Herbert Spencer, seu discípulo, é considerado o responsável pela interpretação da superioridade dos homens em relação às mulheres, utilizando a teoria evolucionista como inspiração para suas hipóteses. Spencer sustentou a ideia do instinto materno, hoje considerado um mito e negado pela ciência, mas sabemos que se trata de um representação sobre a maternidade que ainda perpassa diversos espaços sociais que acreditam na sua existência.[9]

9 Mais detalhes sobre o mito do instinto materno se encontram na obra de Sara Blaffer Hardy. (2001)

O incrível desse período é que percebemos a eficácia do discurso soberano propalado pela experiência e presença masculina na sociedade e nas universidades, e textos como os de Olympe de Gouges e de Mary Wollstonecraft foram desconsiderados. Somente agora, no século XXI, ao serem retomados por pesquisadoras que suspeitaram dessas invisibilidades, é possível indicar contrapontos ao fluxo das ideias mantenedoras do lugar das mulheres nos espaços privados, zeladoras dos seus cativeiros.

A filósofa e historiadora francesa Elisabeth Badinter, na década de 80 do século XX, lançou um livro denominado "Um amor conquistado: o mito do amor materno". Apenas no ano de seu lançamento na França, este livro vendeu mais de meio milhão de exemplares. Esse enorme recorde de vendas ocorreu pelo fato de o livro problematizar um dos pensamentos mais hegemônicos do patriarcado: o amor materno. Nesse livro, a autora buscou entender (com vasta e profunda pesquisa) os princípios de funcionamento desse sentimento, se ele é algo inato, instintivo, parte da natureza das mulheres (como os discursos historicamente constituídos nos fizeram acreditar) ou, ao contrário, é uma construção social, resultado de uma determinada cultura, podendo ser, inclusive variável de uma época para outra.

A pesquisa realizada por Badinter chegou à conclusão de que o instinto maternal é um mito que foi historicamente construído pelos diversos discursos que o sustentaram ao longo de muitos séculos, pois não existe um comportamento materno que seja universal e biologicamente sustentável. Ao contrário disso, existe uma enorme e infinita variabilidade de possibilidades de vivências da experiência da maternidade, que se situa entre as expectativas das mães e inclui suas frustrações, pois o amor materno é mais um dos sentimentos humanos com suas incertezas e inseguranças.

Elizabeth Badinter (1985, p.9) nos apresenta a ideia de que "[...] a maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado. Continua difícil questionar o amor materno e a mãe permanece, em nosso inconsciente coletivo, identificada como a Maria", segundo a autora, o símbolo inquestionável do amor oblativo. E esse amor é transferido para as profissões majoritariamente compostas por mulheres e, entre essas, está o magistério.

Se olharmos para a construção histórica desse sentimento, ele também variou muito ao longo do tempo e das mais diversas culturas, pois a relação das mães com suas crianças também se alterou bastante. Da forma como o conhecemos atualmente, esse modelo foi se aprimorando a partir do século XIX, pois, nos séculos XVII e XVIII, havia outro modelo de maternidade, no qual as crianças eram comumente entregues as amas e só retornavam aos seus lares de origem com mais de 5 anos de idade. Dessa forma, tanto a ideia de maternidade como as concepções de infância eram muito diferentes de agora.

2.3 A construção histórica do amor na relação conjugal: a submissão/servidão voluntária

A conjugalidade é um elemento fundamental na construção da instituição familiar, mesmo em relacionamentos nos quais houve a separação e não exista mais a convivência, elemento fundamental na conjugalidade. No entanto, essas relações, que são cheias de afetos (e precisamos ter em mente que a separação também é envolvida em afetividades), são potentes elementos constituidores das relações familiares, construindo as estruturas da instituição familiar, uma das mais importantes instituições sociais.

Essa instituição é fundamental em função de diversos fatores. Um deles que podemos destacar aqui se refere ao tempo no qual essa instituição nos agrega, pois pertencemos durante toda a nossa vida às nossas famílias. Além disso, a família é o primeiro espaço do qual participamos a partir do nosso nascimento e ela, por isso mesmo, se constitui em um importante espaço de aprendizagens. É através dela que temos nossas primeiras relações com a vida e com o mundo social que nos cerca. Mesmo que, muitas vezes, as famílias sofram uma série de problemas que as atravessam, essa instituição é muito poderosa e extrapola, e muito, o espaço doméstico, que muitas vezes é apregoado como privado.

É possível percebermos que o privado, na verdade, vivencia questões relacionadas ao mundo público, pois, no espaço público e nas relações de poder da sociedade, observamos que há um investimento e um interesse político pelo que acontece no privado. É neste espaço que temos as bases para que possamos atuar na vida social, cumprindo os papéis que a sociedade espera que cumpramos, fazendo a engrenagem social funcionar. Heleieth Saffioti (1987) apresenta uma descrição muito definida sobre como as mulheres vão se acostumando com o que está instituído nessa engrenagem patriarcal em que a socialização da menina e do menino no seio da família ensina sobre a dominação masculina, pois, apesar de a maior parte das mulheres trabalharem em espaços públicos, ainda se sentem responsáveis pelas tarefas domésticas. É o famoso modelo da engrenagem que sinaliza que “[...] os afazeres domésticos são considerados coisas de mulher” (p. 50) e os meninos junto com os homens adultos raramente compartilham das tarefas da manutenção da vida para tomar a labuta do espaço privado familiar mais colaborativo. Segundo Saffioti (1986, p. 50), “Não raro, ainda se faz servir, julgando-se no direito de estrilar se o jantar não sai a seu gosto ou se sua mulher não chega a tempo, trazendo-lhe os chinelos”.

E é por esse motivo que os movimentos feministas na década de setenta do século XX, possuíam a chamada “o espaço privado é político”. Tanto para denunciar o trabalho invisível na manutenção da vida, quanto a invisibilidade das violências

morais, sexuais, materiais, psicológicas e físicas que elas também denunciavam. No mundo do trabalho na sociedade capitalista, sabemos que o trabalho gera salário. Mas, para que este trabalhador (ou trabalhadora), tenha condições efetivas de realizar o trabalho nos espaços públicos, o trabalho doméstico é fundamental. Isso nos mostra o quanto um espaço depende do outro. Para a pesquisadora italiana Silvia Federici (2021), é necessário que se supere a separação entre as mulheres "que trabalham" e as mulheres que "são apenas donas de casa". Essa separação entre trabalho vinculado ao mercado de trabalho e trabalho doméstico, geralmente considerado como não trabalho e realizado pelas mulheres, tem prejudicado qualquer análise crítica sobre o patriarcado que esteja em prol da emancipação feminina. Federici chama de *trabalho oculto*, pois, quando conseguimos perceber a totalidade de atividades que compõem a nossa jornada de trabalho, vemos que, embora boa parte das atividades não resulte em salário, as atividades exercidas pelas mulheres é que geram o elemento mais importante e precioso do capitalismo, que é a própria força de trabalho humana. Para ela,

> o trabalho doméstico é, na verdade, muito mais que a limpeza da casa. É servir a mão de obra assalariada em termos físicos, emocionais e sexuais, prepará-la para batalhar dia após dia por um salário. É cuidar de nossas crianças – futura mão de obra -, ajudá-las desde o nascimento e ao longo de seus anos escolares e garantir que elas também atuem da maneira que o capitalismo espera delas. Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida produzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas. (FEDERICI, 2021, p. 28-29).

A economista Cristina Carrasco (2003) tem se dedicado a estudar o trabalho doméstico na sua relação com a economia. Ela denuncia a invisibilidade do trabalho realizado nos espaços dos lares privados, e o quanto a economia dos mais diversos países insiste em negar a sua existência e a sua importância para a riqueza (ou pobreza) dos países. Ela desenvolveu o conceito de *sustentabilidade da vida humana*, para alertar o mundo de que é necessário estabelecermos novas prioridades e que, para isso, temos que mexer na estrutura do patriarcado e criar novas relações entre homens e mulheres, sendo fundamental que se altere a estrutura de poder posta no íntimo da vida nos espaços privados.

O fato é que os discursos que recaem sobre as mulheres e envolvem a família, como o amor materno e os afetos conjugais têm sido historicamente construídos e mantidos com o propósito de manter as mulheres submissas aos propósitos do mundo do trabalho e do poder masculino.



Fonte: QUINO, J.L. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Lagarde escreve sobre o amor e identifica que os homens e as mulheres amam de formas diferentes, "para las mujeres, el amor no és solo uma experiencia posible, es la experiencia que nos define" (2001, p.12). Para ela, o amor das mulheres não é uma opção, algo que podem sentir ou não, mas um dever que nada mais é do que o próprio sentido da sua existência, que é o resultado de uma aprendizagem cultural muito potente e profunda. Dessa forma, a autora salienta o processo educativo nessa aprendizagem que ocorre porque as mulheres não nascem assim, mas são construídas para serem mulheres que amam para cuidar e cuidam para amar e que esse sentimento é apropriado no alicerce das relações de poder patriarcal e capitalista.

O amor, para Lagarde (2001), é uma experiência de relação com o mundo, de apreensão do mundo e de si mesma. O amor é mobilizador, nos movendo no fazer e no agir sobre o mundo. É um sentimento que possui um papel transformador. No entanto, a autora nos mostra que existem diferentes compreensões sobre o amor e que seus usos podem se dar de formas diferenciadas.

Na visão do patriarcado, o amor é universal, eterno, imutável e regido por valores sempre iguais. Já na perspectiva feminista, o amor é histórico, compreendido nas mais diversas culturas e tempos históricos e também varia na sua perspectiva, se para homens ou para as mulheres. Se percebe o amor como uma forma de manutenção das estruturas de poder, embora também possua uma possibilidade emancipatória.

É importante percebermos que o amor habita o universo das representações. Como um sentimento, não possui uma concretude que o constitua e isso permite que ele se situe no campo das subjetividades e do imaginário. A forma como ele irá se concretizar nas vidas das mulheres pode variar muito em sua intensidade e em sua forma. Na prática, as mulheres buscam nas suas vidas realizar o amor pedagogicamente apreendido nos processos da educação não formal, a socialização à qual foram submetidas desde que nasceram, primeiro numa relação de amor com suas próprias mães (já que são as mulheres as grandes cuidadoras da infância), com seus pais, demais familiares e aos poucos com outras pessoas que estão ao seu redor.

Para Lagarde, "[...] na realidade, a maioria vive frustrações amorosas, porque quase nunca podemos concretizar o imaginário amoroso ao qual estamos vinculadas" (2001, p.21, tradução nossa).

Sobre o amor no casamento, durante muito tempo não havia nenhuma expectativa de que nesse tipo de relação existisse amor, pois esse não era um aspecto considerado nos matrimônios. Os casamentos se davam por conveniência social e as pessoas se casavam sem se amarem, nem havia essa expectativa. Aos homens era permitido ter relações sexuais e afetivas fora do casamento, o que permitia que se envolvessem em laços amorosos, o que era totalmente proibido para as mulheres.

Com o tempo, com o avanço do capitalismo e das novas relações de trabalho que ele institui, se constrói uma nova concepção de conjugalidade, na qual se une o amor, o erotismo e a sexualidade. Esse passa a ser o modelo ideal de família, construído sob a base desse amor moderno, que conecta o amor no sentido do erotismo com o amor no sentido da convivência, para se viver a vida juntos. E, conforme Lagarde, o grande desafio dessa estrutura foi fazer tudo isso funcionar, cumprindo-se a tarefa de procriar, formando, assim, uma família e a fazendo durar por bastante tempo. Nesse contexto do mundo moderno e capitalista, a propaganda, as novelas, os romances passam a ter um papel preponderante sobre essa nova concepção de conjugalidade, em que a mulher, a *madresposa*, é convidada a misturar papéis que antes estavam vinculados à profissão mais antiga das mulheres, o que, em boa medida, justifica à *madresposa* aprender seduções dessa longínqua profissão para "prender" seu marido em casa.

Para Lagarde, o amor moderno (que a pesquisadora chama de burguês) inventou a *madresposa*. "As *madresposas* são mulheres especializadas em ser mães e em ser esposas, mulheres cujo sentido central da vida é encontrar um bom homem para fazer sua vida com ele, e para ter filhos com ele, e para construir uma família com ele" (2001, p. 50, tradução nossa). Assim, de forma bem simplificada, Lagarde identifica três objetivos centrais para as *madresposas*: ligar-se afetivamente e sexualmente a um homem, realizar a maternidade e, dessa forma, constituir uma família.

Dessa forma, o conceito da *madresposa* materializa o patriarcado no espaço doméstico e naturaliza um aprendizado que, junto aos seus familiares, será entendido como: tudo que é trabalho de manutenção da vida é "coisa de mulher" (SAFFIOTI, 1987).

O amor, constituído nessa configuração, é visto como sinônimo de felicidade universal. Essa associação entre amor e felicidade consolida o modelo que todas as mulheres idealizam para suas vidas desde cedo. Afinal, quem não quer ser feliz? Assim, como resultado de todo esse longo e hegemônico processo de aprendizagem, as mulheres se submetem ao cumprimento de múltiplas atividades que são repetitivas, penosas e absolutamente esgotantes e frustrantes, mas tudo se justifica por um

amor incondicional, na concepção da servidão voluntária (especialmente ao marido e aos filhos), que, para nós, mulheres, é o único caminho viável e possível para a felicidade plena, segundo Lagarde (2005, p.33) que cita e aprofunda um conceito de uma psiquiatra italiana Franca Baságlia: “ser de e para os outros”!

O tema recorrente do amor se mistura a mais alguns aspectos que refletem em nosso cotidiano, tanto das nossas vidas como mulheres no mundo privado, quanto também na experiência docente. A servidão voluntária é um sentimento que se mistura a todas nós travestido de amor para com as nossas famílias e é uma aprendizagem muito mais direcionada para com as meninas e as mulheres. Parece que fazer as coisas pelos/para outros é uma forma de demonstrar que os amamos mais.

3 O AMOR ROMÂNTICO CONSUMIDOR DA ENERGIA VITAL



Fonte: Foto Tomás Hustoles.

Nos capítulos anteriores buscamos compreender o amor no recorte do amor romântico pautado pela tradição patriarcal e como esse sentimento enreda a vida das mulheres encadeando-as em situações de voluntariado e dependência vital. É importante destacar que, embora haja um discurso que tenta demonstrar que o amor sempre foi um sentimento igual em todos os tempos, é possível afirmar que há deslocamentos sobre essa ideia naturalizada como universal, como também que o patriarcado foi absorvido pelo sistema capitalista nas sociedades de um modo geral e segue sendo reestruturado.

O que foi vivido até aproximadamente o século XIX teve determinadas características e, a partir do final daquele século, iniciamos uma etapa civilizatória que demonstra importantes conquistas por meio de movimentos sociais como os movi-

mentos feministas ao redor do mundo. Mas, apesar de muitas mudanças, parece que o amor romântico (moderno ou, como Lagarde intitula, burguês) segue sendo "vendido" e "grudado" como o sentimento a ser fomentado como o mais importante na vida das mulheres. O amor que conduz a todas para o casamento e para os cuidados junto a uma família que ela cuidará. Poderíamos nos perguntar, por exemplo, por que a justiça não "gruda" do mesmo modo como o amor romântico, na socialização da vida das meninas e mulheres.

E, por mais evidências que tenhamos para constatar que aconteceram mudanças significativas, parece que algo segue intacto: a exigência da *madresposa* em todas nós, direcionadas a entregarmos nossa energia vital no trabalho invisível dos cuidados para com a manutenção da vida dentro de casa.

Lagarde explica que há o poder privado que acontece nas instituições domésticas e é reproduzido pelas próprias "protagonistas". A ideologia amorosa (do amor "incondicional"/servidão voluntária) consagra *o ser para os outros* inculcado às mulheres. Dessa forma, é por amor que as mulheres dispõem sua vida para os outros. O amor da mulher é exclusivo para os membros familiares. Se o grupo familiar se reduz, também estão reduzidas as possibilidades amorosas dela. Para Lagarde (2005, p.161), a mulher não é somente monogâmica, mas "monoamorosa" e deve ser também "monomadre". A compreensão de amor nesse espaço privado tem a conotação de renúncia e entrega. Para a mulher tem significado quase exclusivo de "ser para os outros", enquanto o amor para o homem tem o significado de ser mimado pelas(os) outras(os).

Afirmamos que a vida das mulheres está organizada em torno da vivência de uma sexualidade destinada para alguém e esse alguém se subentende que seja um homem (o namorado, o marido, o amante, o cliente, o estado, o mercado), conservando a heteronormatividade. "[...] O poder atravessa o corpo da mulher. Na linguagem estatal, sua fecundidade é assunto de políticas demográficas; na linguagem doméstica o poder controla a fidelidade, a castidade e/ou a permanente disposição para a maternidade ou ao prazer do outro" (LAGARDE, 2005, p.161, tradução nossa). "Ser de alguém e para os outros é uma criação histórica, uma imposição às mulheres, e esse conjunto de condições torna as mulheres reféns dos cativeiros sociais" (EGGERT; PAIXÃO, 2012, https://www.labrys.net[...]). Os cativeiros ainda estão vigentes dentro de nós. E o cativeiro da *madresposa* se sustenta pelo amor, este que nos é ensinado desde a mais tenra idade. Os processos de socialização e educação, em casa, na escola, nas brincadeiras, educam as meninas para o amor em servidão e os meninos a serem servidos (CAMPAGNARO, 2019).

Ao observarmos peças publicitárias, romances, filmes, novelas, livros de autoajuda, a maior parte ainda reserva para a mulher a identidade vinculada para a busca do príncipe encantado, do romance, da entrega, do despertar para a vida por meio de uma bela história de amor com um homem vitorioso. E o que problematizamos é a

intencionalidade daquilo que nos parece remodelado, mas que se mantém na potência das amarras do patriarcado. Os cativeiros permanecem em forma de cadeados, cada uma de nós parece polir o seu próprio cadeado e, mais incrível ainda, colocando-nos a exibir orgulhosas cada uma o seu cadeado como o mais lustroso e bonito.

3.1 O pensamento mágico, a consciência ingênua e a consciência crítica

Marcela Lagarde analisa a subjetividade das mulheres e nos apresenta argumentos consistentes sobre como as crenças permeiam as nossas vidas e iluminam diferentes formas de como aprendemos a conceber o mundo. Nesse contexto, "[...] existe uma visão de mundo específica da mulher que enquadra as visões das mulheres, do geral ao particular" (LAGARDE, 2005, p. 296, tradução nossa). A visão que as mulheres têm do mundo procede da cultura patriarcal, historicamente construída, sinalizadora de que as mulheres possuem uma concepção de mundo "fragmentada, desarticulada e pragmática" (LAGARDE, 2005, p. 297).

O senso comum sobre como as mulheres explicam o mundo e a vida, muito mais pelo viés mágico, misterioso do que científico, corrobora a forma sobre como o mundo foi explicado para elas (para todas nós). De acordo com Lagarde, as mulheres aprenderam a explicar a vida e o mundo para os outros, sem serem incentivadas a interpretar a explicação dada. Ou seja, dificilmente as meninas e mulheres foram (e ainda são) incentivadas a perguntar por que as coisas são como são. Geralmente respondem de uma forma "replicada/reprodutiva", segundo Lagarde (2005), porque suas experiências de vida estão vinculadas à subserviência secular e, por que não dizer, milenar de servidão voluntária. Isso leva a autora a afirmar que uma grande parte de nós **ainda** está fortemente vinculada a essa concepção de mundo mágica e **ainda** a transmitimos para os outros (família em geral - filhas em especial, escola - estudantes meninas em particular). Desse modo, por vezes, mantemo-nos fiéis à reprodução da cultura patriarcal. A explicação passa pela magia, pelo argumento misterioso do milagre, em que faltam explicações objetivas, mas superam respostas do tipo "*foi Deus que quis assi*m!".

Relacionamos esse conceito trazido por Lagarde (2005) com os argumentos sobre a consciência ingênua apontada pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto (1960), em seu livro "Consciência e Realidade Nacional", reeditado recentemente pela Contraponto (2020). Vieira Pinto foi intensamente lido por Paulo Freire (1980), e este, por sua vez, sistematizou e divulgou a problematização da consciência ingênua daquele autor em busca dos processos educativos conscientizadores no ato de aprender a ler o mundo. A conscientização, baseada em Álvaro Vieira Pinto, para Freire "[...] é tomar posse da realidade. A conscientização produz a desmitologização" (FREIRE, 1980, p. 29). Humanizar segundo Freire é desmistificar.

Para desmistificar, é preciso compreender, tomar distância, entender o funcionamento dentro daquilo que estamos envolvidas. Compreender como produzimos as atitudes frente à vida e ao mundo, que se efetiva por meio da experiência individual de cada uma. Ou seja, a princípio, as mulheres acreditam que são culpadas e responsáveis por todos os problemas/constrangimentos/violências que elas enfrentam. É bastante corriqueiro termos situações em que os setores que deveriam acolher uma denúncia aumentam ainda mais a violência, fazendo perguntas tais como "mas a que horas a senhora estava andando na rua?", ou, "e como é que a senhora estava vestida?" Ou ainda, na forma mais subjetiva da vida de muitas mulheres quando vivenciam alguma violência dos seus companheiros, se perguntam "o que foi que eu fiz de errado?"

Lagarde sinaliza que "[...] A consciência geral das mulheres se caracteriza por intermédio dos impedimentos sociais e culturais como problemas individuais ocasionados pela falta de empenho, ausência de qualidades e o desatino de cada uma" (2005, p. 298). Margarita Pisano (2001), pensadora chilena, também discutirá essa reflexão sobre as mulheres que reproduzem por meio de uma voz interna o que ela define como "o feminino patriarcal", ou seja, a manutenção da ordem e do triunfo da masculinidade.

De um modo geral, esses sentimentos revelam a culpabilização que as mulheres aplicam a si mesmas e que possui fortes vínculos culturais com as tradições religiosas do cristianismo na América Latina. É por meio de argumentos teológicos que a autora Ivone Gebara (2017) nos auxilia a compreender o longo trajeto da inculcação dessa culpa como o mal herdado pelas mulheres com base em Eva, a mãe de todas. As teólogas, a exemplo de Gebara, interpretam os textos bíblicos buscando fazer outras perguntas que seus colegas teólogos ensinados na razão patriarcal não conseguiram fazer. Para isso, foi preciso ousar, "pensar fora da caixa", a fim de estabelecer outros paradigmas na compreensão dos textos sagrados. E a primeira coisa que alterou a cantilena da culpa relegada às mulheres foi perguntar quando e onde esses textos foram produzidos.

Situar o contexto histórico de cada fragmento dos textos sagrados possibilita decodificar uma série de aspectos que, até então, poderiam apenas alimentar o pensamento mágico de que os textos contidos na bíblia foram escritos por Deus. Assim, de cima pra baixo, como que por "milagre". O que já sabemos por meio dos estudos filológicos e das pesquisas arqueológicas é que essas pesquisas seguem sendo realizadas e mais descobertas têm aparecido, ou seja, os textos foram escritos por pessoas, geralmente homens. Desse modo, vamos desconstruindo a consciência ingênua sobre, por exemplo, quem sabia escrever nos tempos antigos em povos distintos. Tomar distância desses fatos e suspeitar do que estamos lendo é fundamental para que possamos chegar à compreensão histórica de que podemos identificar o porquê de as mulheres terem sido marginalizadas por longos períodos.

Suspeitamos, portanto, que a consciência ingênua seja produzida e mantida pelo pensamento mágico e vice-versa. Em nosso entendimento, o pensamento mágico analisado por Lagarde na perspectiva dos estudos de gênero demonstra um direcionamento mais eficiente para com as mulheres, devido ao longo tempo em que fomos privadas dos espaços públicos onde o conhecimento foi e é produzido e sistematizado. As mulheres têm rompido com os limites impostos a elas de não poderem frequentar bibliotecas, escolas, universidades e isso aconteceu há muito pouco tempo. Há apenas aproximadamente 100 anos. É muito importante termos essa percepção histórica de conquistas recentes e, simultaneamente, a percepção de que, em cada tempo histórico, sempre tivemos mulheres reivindicando seus saberes, suas autorias, suas vidas como um todo sendo suas.

Hoje em dia, com base na evidência de que o patriarcado possui aproximadamente 6 mil anos ou até mais, é que temos a probabilidade objetiva de inferir que os registros históricos que temos foram produzidos e sistematizados por poucos e que esses poucos eram homens que tinham graus de poder sobre todos os demais, mulheres e outros homens com menos poder. E ainda que os vestígios dos textos sagrados do povo hebreu demonstram que era um povo com características de domínio patriarcal, pois basta analisar os cinco primeiros livros do Antigo Testamento, em que é possível deduzir que as raras mulheres citadas com seus próprios nomes (Sara, Rute, Ester, Rebeca, Raquel, Mirian) foram muito importantes, ao ponto de não ser possível invisibilizá-las. Porém, a denúncia que as estudiosas, desde o ponto de vista das experiências das mulheres, fazem é que a marca desoladora na tradição judaico-cristã (patriarcal) foi misógina. Ao longo das pesquisas de estudiosas biblistas que se utilizam do método histórico crítico e feminista, é possível identificar a subserviência com que o texto direcionou as mulheres por meio de uma narrativa que nos culpabilizou, por isso devemos obediência para recebermos proteção.

As ofertas para que permaneçamos submissas em troca de proteção ainda são muitas, e essa dependência vital está voltada para o pensamento mágico de que “alguém virá nos salvar”. Parece que há uma estrutura que entretém o cotidiano das mulheres com promessas fáceis. Desde a orientação do horóscopo do dia, às promessas de cartas de tarô, à leitura de mãos, à imposição de mãos de pastores em igrejas cheias que nos pedem o dízimo, às promessas de mudança de vida por meio do bilhete da sorte, e tantos outros princípios mágicos para suportar as agruras do mundo. E são elas (nós), segundo Lagarde, que na maior parte das vezes “transmitimos, cochichamos, rezamos e choramos esse sentido comum, ordinário, que não estabelece lógica de causa e efeito, mas pelo contrário, estabelece a lógica do pensamento mágico” (2005, p. 298).

É nesse contexto que ilustramos uma das facetas modernas da manutenção desse tipo de pensamento mágico, a busca em livros de autoajuda. Renovados e reeditados a cada ano, nesse segmento, destacamos como exemplo, dois livros. O

primeiro lançado nos Estados Unidos no ano de 1992, no topo das listas dos mais vendidos, «Homens são de Marte, Mulheres de Vênus", do terapeuta de casais, John Gray, nascido em Houston, Estados Unidos, no ano de 1951. O livro permaneceu por 44 semanas na lista dos mais vendidos da lista do *The New York Times.* Soma um total de aproximadamente 50 milhões de exemplares vendidos e com tradução para 45 países. Outro livro lançado nacionalmente no ano de 2012, "Casamento Blindado – O seu Casamento à Prova de Divórcio", de autoria de Renato Cardoso e Cristiane Cardoso (filha do Pastor Edir Macedo, fundador da Igreja Universal). O livro, no primeiro ano de publicação, chegou a vender aproximadamente 500 mil exemplares no país. No site da *Amazon,* atualmente consta em sexto lugar como mais vendido na categoria de autoajuda. Segundo Vanina Papalini (2010), esse gênero literário iniciou por volta dos anos 30 até 50 do século XX, mais especificamente na área de orientação para o trabalho, no estilo "como ganhar amigos e influenciar pessoas". Entre os anos de 1950 e 1970 aparecem temas de autoajuda no campo do empoderamento (black power; organizações civis). Entre os anos 1970 e 1990 os livros ampliam a autoajuda, que estava voltada para o trabalho e empoderamento, para desenvolver capacidades mentais. A partir do final do século XX, a biblioterapia abrange curas para os mal-estares subjetivos para melhorar a vida cotidiana, dando a ideia das soluções individualizadas, ou seja, cada vez mais é o indivíduo que tem de procurar soluções para seus problemas de forma isolada. A cada década são apresentadas soluções muito parecidas, mas com novas roupagens.

A questão que nos move ao exercício de pensar e problematizar o "pensamento mágico" é ainda estarmos vinculadas a ele de um modo que nos mantém subservientes. Suspeitamos que, à medida que resgatarmos as heranças das nossas ancestrais como ensinam as mulheres negras e os povos originários, possamos reinventar esse quadro empobrecido contado sobre nós mesmas. Então nossas heranças intuitivas, mágicas talvez possam nos fazer reconhecer na potência criadora e criativa.

Tomar distância e buscar entender como funciona a nossa socialização para o pensamento mágico é determinante para que possamos alterar essa rota de educação para a submissão, dependência e exploração.

3.2 A energia vital consumida para a manutenção da vida dos outros

Quando pensamos em energia vital, temos o que em mente? A força, a alegria e o brilho no olhar? Sim, de certa forma essas poderiam ser palavras que definem a energia vital. A energia vital é a que nos coloca de pé todos os dias para que a vida siga. Para sair da cama é preciso coragem, que nem sempre a temos. Na verdade, são poucas as vezes que, de fato, pensamos sobre essa energia vital no dia a dia. Queremos problematizar, com base no que algumas mulheres já pensaram e publi-

caram sobre o tema e também por meio de debates que nós produzimos junto aos nossos grupos de estudo.

Já vimos, nos outros dois capítulos, o conceito de cativeiros, servidão voluntária e *madresposa* que Marcela Lagarde desenvolve em seu livro publicado somente em espanhol com o título "Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas". E é, em especial, por meio do conceito que reúne duas palavras: a mãe e a esposa = *madresposa* que seguiremos na importante reflexão sobre a energia vital. Para essa autora, a *madresposa* não precisa ser casada nem mesmo ter filhos biológicos, pois todas nós aprendemos e naturalizamos que, para sermos aceitas na sociedade patriarcal, é preciso ser de alguém e para os outros. A permissão para o trânsito reconhecido no direito de ir e vir dos espaços privados para os espaços públicos tem "a chave", algo que todas nós fazemos, ou seja, temos permissão do direito de ir e vir nos espaços públicos e privados porque estamos em função de alguém. É esse conceito que também concentra, em boa medida, um pouco de todos os outros conceitos antropológicos que essa pensadora analisa sobre sermos mulheres hoje em dia nos espaços públicos.

A *madresposa* somos todas as mulheres, mesmo as não casadas e/ou as casadas com ou sem filhos ou filhas. Nós aprendemos desde muito cedo a cuidar dos outros e a termos a convicção de que pertencemos a alguém. Nossos sobrenomes, até recentemente, antes da constituição de 1988 (dirigindo-nos à cultura brasileira e portuguesa), eram dos nossos maridos e de nossos pais. Embora, a partir de 1988 e do novo código civil de 2003, o Art. 1.565 do novo Código Civil, sinaliza que, pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família. O § 1º registra que "Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro". A teorização da *madresposa* dialoga com outro conceito importante para nós, que é o da "manutenção da vida", de Heleieth Saffioti, além do trabalho doméstico, da pensadora Silvia Federicci.

As três autoras revelam uma análise de conjuntura sobre a depreciação reservada ao "ser e estar no mundo" das mulheres na sociedade estruturada sob o patriarcalismo, ou seja, a dominação do patriarcado somada ao capitalismo. Se, no conceito da *madresposa,* temos a compreensão das subjetividades de uma voz interior que nos diz insistentemente que somos "de alguém e para os outros", no conceito da manutenção da vida, a sociedade naturaliza para todos, homens e mulheres, que as coisas da casa são feitas naturalmente pelas mulheres. Somos habilidosas! Temos paciência e somos rápidas nas tarefas da casa.

Heleieth Saffioti apresentou o conceito sobre a manutenção da vida em seu livro publicado há 34 anos, com intenção de divulgação científica, intitulado "O poder do macho". Afirmamos que é um livro clássico, pois, ao ser lido nos dias de hoje, as pessoas têm a sensação de que foi publicado ontem! Em nossas aulas na graduação

e na pós-graduação, presenciamos espantos junto com nossos e nossas estudantes, quando eles e elas se deparam com afirmações do tipo: “Tanto o racismo quanto o patriarcado são estruturas de dominação-exploração, que garantem relações sociais também de dominação-exploração” (SAFFIOTI, 1987, p. 95).

Transformar o trabalho doméstico em ato de amor tem sido uma das missões mais bem-sucedidas do mundo capitalista, segundo Silvia Federici, em seu livro traduzido e publicado no Brasil em 2019 “O ponto zero da revolução”. Para essas autoras e para nós também, quem tem garantido a manutenção da vida ao longo da história são as mulheres. Essa, porém, é uma aprendizagem sistemática naturalizada e incorporada no dia a dia de todas as mulheres, ou seja, ao longo da história, as mulheres e os homens foram se acostumando com a ideia de que elas “sempre” cuidaram de todos ao seu redor.

O capitalismo necessita que nossa energia vital seja empreendida nos cuidados invisibilizados junto às nossas famílias, diminuindo em muito a potência criativa para outras áreas das nossas vidas. Ou ainda, para o mundo capitalista é digno que nossa energia vital seja canalizada também para as profissões de cuidado e, com isso, elas, de certo modo, não precisam ser tão bem remuneradas. Afinal de contas, fazemos isso por amor aos outros. E amor não pode cobrar reconhecimento trabalhista. “O que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago” (FEDERICI, 2019).

Quantas vezes ouvimos das mulheres que, para elas, é mais fácil fazer do que falar. A agorafobia, que tem como uma de suas consequências o medo de falar em público, é uma das causas da vida invisível e dos muitos serviços de manutenção da vida. O espaço da polis, a cidade e sua vida pública pisoteada pela experiência do mundo masculino com seus púlpitos, soube e sabe explorar a condição feminina. Um dos poucos lugares onde o exercício da fala para as mulheres foi permitido é a sala de aula. Um lugar público. E não é por acaso que, nos últimos anos, o poder patriarcal anda agressivo, querendo calar essas vozes femininas majoritárias na Educação Básica. Elas estão buscando argumentos e trazendo novos ares com falas planejadas, que buscam a transformação do mundo.

3.3 A docência e a força da energia vital criativa no coletivo

Nas escolas da Educação Básica, há a presença massiva de mulheres no exercício da docência, especialmente colocada na educação infantil e nas séries iniciais. Constatamos que o direcionamento da profissão docente para esse segmento foi a janela profissional permitida a elas, porque estar com crianças é “coisa de mulher”. Esse pensamento materializa o argumento naturalizado dos papéis de gênero baseado no determinismo biológico que, em boa medida, fomentou a ideia da *divisão sexual do trabalho*. A socióloga francesa Danièle Kergoat a define como sendo uma

forma de divisão do trabalho resultando das relações sociais de sexo, reconhecendo que pode haver diversas configurações, de acordo com cada tempo histórico e com cada sociedade. No entanto, essa divisão mantém a característica básica de incentivar os homens para trabalhos realizados nas esferas produtivas e as mulheres a se destinarem mais as atividades reprodutivas (KERGOAT, 2003). A esfera produtiva são os diversos trabalhos realizados nos espaços públicos e sob a lógica de pagamento e demais relações entre patrões e empregados, típicos do mercado de trabalho formal; e a esfera reprodutiva é o trabalho doméstico e todas as atividades realizadas no espaço doméstico, do privado, incluindo o cuidado com as demais pessoas da casa, incluindo idosos, parceiros, filhos e filhas. Além de caracterizar a divisão sexual do trabalho, a pesquisadora identifica nessa divisão o que ela chama de dois princípios organizadores, que são o princípio de separação, que diz respeito à existência de trabalhos diferenciados para homens e mulheres; e o princípio de hierarquização, quando trabalhos realizados por homens parecem ter mais valor e importância do que trabalhos realizados por mulheres.

A docência, assim como outras profissões como secretárias, empregadas domésticas, enfermeiras, entre outras, são consideradas profissões femininas por serem mais vinculadas ao cuidado e, portanto, mais próximas das qualidades exaltadas pelos adeptos das explicações mantidas pelo patriarcado. Ou seja, "[...] a família toma uma dimensão fundamental para se pensar as trajetórias femininas. E as mulheres sempre conformam grupos domésticos, onde as funções de mãe e esposa (*madresposa*) possuem espaço determinante" (SILVA, 2010, p. 79).

Na verdade, a sociedade até hoje faz uso de argumentos biologicistas para manter as mulheres em algumas profissões (mas não em todas) e os homens em outras. Dessa forma, podemos reconhecer que os homens também, por argumentos da ordem da biologia, são encaminhados para determinadas profissões. Por exemplo, há raros docentes homens na educação infantil e nos anos iniciais. No entanto, é preciso que se reconheça que a eles o leque de opções é muito maior e cabe a eles as atividades de maior prestígio e também de maiores salários.

É nesse contexto que problematizamos a sobrecarga de trabalho por meio das jornadas múltiplas que consomem a energia vital (soma da carga mental, do vigor físico e da força espiritual) por meio do serviço da manutenção da vida que fica invisibilizado e é historicamente preterido para elas. Entendemos que a energia criativa das mulheres é consumida com aquilo que Rousseau já admoestava pedagogicamente que devia ser ensinado sistematicamente para as meninas: interrompê-las todas as vezes em que estivessem concentradas em alguma atividade no seu mundo dos brinquedos, para se acostumarem culturalmente a serem cuidadoras. Essa responsabilização social assumida primeiramente junto às famílias passou aos espaços públicos. A exaustão física, mental e espiritual é consequência direta das exigências que sobrecarregam as mulheres, explorando intensamente suas forças de trabalho,

em prol da manutenção de um modelo de sociedade desigual, que inferioriza e, além de tudo, desvaloriza o trabalho de cuidado com o outro, a outra.

Estudarmos esses temas nos espaços coletivos da formação docente e debatê-los conceitualmente como temas de gênero e de sexualidade na escola nos empodera. Usufruir do instrumental produzido ao longo dos últimos setenta anos dos estudos feministas é condição de possibilidade para a desconstrução histórica dos papéis masculinos e femininos. A desconstrução do patriarcado e a possibilidade de criação de outras e novas relações sociais entre os sexos, mais equitativas e solidárias, depende da formação das novas gerações nestes temas que estamos tratando aqui.

Se queremos superar as desigualdades de gênero e construir uma sociedade que abarque as mulheres de forma mais humana e valorativa, com menos violência (reconhecendo o patriarcado como um sistema que mantém uma estrutura hierárquica que violenta constantemente as mulheres), é necessário que esse tema venha à tona e seja incorporado na formação docente, tanto na inicial quanto na formação continuada.

Estamos vivendo em um tempo em que o patriarcado, para manter seus privilégios e sua hegemonia, tem criado argumentos que visam confundir e criar pânico junto à comunidade escolar e em geral. Para isso se utilizam de falsos argumentos, mentiras que aproximam os estudos feministas, de gênero e de sexualidade como sendo uma discussão de incentivo ao sexo, à pedofilia, confundindo ato sexual com gênero numa demonstração intencional de desconfiguração do tema. Betina Torriani (2020), Toni Reis; Edla Eggert (2017), bem como Rogério Diniz Junqueira (2017) analisam o quanto que o discurso de parte dos setores religiosos, ao sentirem-se ameaçados por anúncios de novas configurações culturais, retomam suas estratégias de amedrontamento seculares a fim de manterem seu poder e sua ordem. E é nesse contexto que o coletivo e a vida em comum por meio das redes estabelece a reorganização e o enfrentamento necessário. O estudo por meio da formação continuada pode ser sinalizador da recuperação da força das mulheres e do feminino como simbologia agora não mais essencializada, mas energizada pela criatividade coletiva.

4 ESTRATÉGIAS POLÍTICO-PEDAGÓGICAS NO ENFRENTAMENTO DO SEXISMO

Neste capítulo nos propomos a situar algumas estratégias que possibilitem “esperançar” o enfrentamento diário do pensar e experimentar viver “ao largo do patriarcado” (BENSUSAN, 2004).

O conto de Marina Colasanti “Moça tecelã” (2004) é uma provocação para pensar um “destecer” do que ainda nos priva da liberdade e da autonomia. Há uma simbologia no conto que faz da tecelã uma criadora. Esse conto, de uma forma sensível, utilizando a tecelagem como uma metáfora, mostra bem os processos de construção do patriarcado, que parte de uma concepção idealizada de casamento e se transforma em um cativeiro. No conto, a mulher “destece” essa construção, destruindo sua tecelagem e se libertando da opressão.



Fonte: Bordados das irmãs Dumont, na obra A Moça Tecelã, de Marina Colasanti, 2004.

Queremos pensar ideias sobre como enfrentar, criativamente e com imaginação, diferentes formas de transpor conceitos e análises críticas sobre as manutenções educativas da conservação dos cadeados de nossos cativeiros.

Oficinas Reveladoras da Dramática de "Eu Ser Eu Mesma"

Na década de 1970, as mulheres que participaram dos movimentos sociais que reivindicaram dignidade e visibilidade dos temas da violência contra elas inauguraram metodologias que ainda hoje são exemplos para serem reinventadas. As rodas de conversa sobre temas que desenvolvem o conhecimento dos corpos e da autonomia de si mesmas são hoje de múltiplas formas. Trocar ideias sobre comportamentos sexistas, identificá-los e, a partir desse distanciamento, perceber possibilidades para repensar os modos automatizados e invisibilizados de reproduzir a ordem do "poder do macho", como ensina Saffioti (1987), fará com que possamos esculpir outras formas de conduzir a nós mesmas, nossas meninas e também nossos meninos, prevenindo a educação que segue homofóbica, racista, gordofóbica, capacitista e machista.

"Só é bonita, quando sorri!" - Frases galantes ensinam as meninas e as mulheres, ao longo da história, a serem cordatas, alegres, recatadas e, simultaneamente, trabalhadeiras, obedientes, quietas, discretas e solícitas. Mas então não se pode mais experimentar o "galanteio", a famosa cantada? Há outras formas de saber-se desejada? É preciso que alguém me corteje para que eu me sinta bonita? O que significa eu ser eu mesma?

Identificar e perceber a tradição de dominação e cerceamento da liberdade, aprendida por meio de amor romântico que cativa para, ao fim e ao cabo, transformar a vida das mulheres mantenedoras de cativeiros com cadeados bem polidos e, por meio de atividades ininterruptas de cuidados para com os outros, ainda terem a sensação de que sempre estão devendo algo, - o que fazer? Como destecer esse castelo?

Quem educa nesses moldes educa sempre com amor e por amor, nas melhores intenções de ver sua filha feliz e seu filho cumprindo com as obrigações que lhe competem. O amor romântico é o elo de entrega e doação, que se confunde simultaneamente no consumo da energia vital para a dedicação voluntária aos outros e nos deixa com aquele sentimento de culpa, como se essa "doação" tivesse que ser somente das mulheres.

Conseguir identificar essa armadilha e tomar distância dessa educação internalizada e já automatizada poderá nos mover em direção a outras formas de pensar sobre o andamento da vida cotidiana, tanto em nossas famílias quanto em nossos ambientes de trabalho, e, neste livro, buscamos pensar os espaços educativos da nossa profissão docente na Educação Básica. O enquadramento já diz, é uma educação básica, portanto a socialização produzida nesse lugar reforça o que já está sendo ensinado nos espaços não escolares. Brinquedos de menina, rosa. Brinquedos de menino, azul. Brincadeiras que remetem aos cuidados e aos trabalhos invisíveis di-

recionados para as meninas. Brincadeiras de lutinha, guerra, jogos de competição com regras muito bem definidas são treinados com os meninos. Já para as meninas são direcionadas atividades “mais calmas” e mais cooperativas: brincar com as bonecas, ajudar na organização da sala de aula, jogar “adoleta”, dançar, pular corda, amarelinha. Brinquedos e brincadeiras socializam/educam meninas e meninos para a cooperação e competição.

Jane Felipe de Souza (2021) orienta que é a partir da literatura e outras manifestações artísticas (filmes, documentários, músicas, etc.) que podemos desenvolver um trabalho sobre direitos humanos, ética, equidade de gênero. A análise de estatísticas sobre mulheres no mercado de trabalho, violência de gênero/raça, gravidez na adolescência, etc. possibilitam a tomada de distanciamento necessário para enxergar desde um outro lugar o contexto real vivido no mundo. E, finalmente, a educação para a sexualidade segue sendo um desafio permanente para outras posturas frente aos corpos das mulheres. Os padrões de beleza podem ser questionados e postos em xeque, desde que tenhamos junto de nós argumentos de conforto, bem-estar e dignidade para que o cuidado de si se desprenda de padrões de beleza única e exclusivamente para compra de produtos.

Brinquedos x Brincadeiras de roda x Jogos digitais

No campo da socialização e do aprendizado através da relação com os outros, que jogos podemos propor? As brincadeiras de roda ainda chamam a atenção das crianças? O que podemos repensar no campo dos jogos digitais? Como a gamificação em sala de aula pode auxiliar na construção de vivências mais igualitárias? Pensar o mundo das crianças e construir vínculos com elas é viver o lúdico, as brincadeiras, e hoje o brincar é também digital.

Entre todas estas questões ainda nos resta pensar em como enfrentar a indústria lúdica do mundo bélico naturalizador da ideologia de guerra junto aos brinquedos voltados para os meninos. “Lutinha” pra quê? É possível pensar o mundo das crianças sem pensar o mundo dos adultos? Meninos e meninas estão inseridos na vida cotidiana de seus pais e/ou cuidadores, e o discurso supremacista branco possui estruturas muito bem organizadas para introduzir os meninos nas táticas de guerra.

Será que ser crítica é sempre ser “estraga prazer”? A clássica reação quando observamos para uma amiga ou amigo que estão sendo sexistas, machistas, homofóbicos ou/e racistas e ouvimos, “eu só tava brincando!”

Quais poderão ser as propostas antissexistas que a educação proporciona para a prática de liberdade? Como construir uma base alternativa para o cotidiano? Experimentar ilustrar com dados estatísticos, ou com uma história específica pode

ser um caminho. Mas, ainda assim, somos desafiadas a preparar alternativas e sugestões para essas situações.

A relação entre brinquedos e jogos na manutenção e reprodução do sexismo ainda é um tema atual. Das brincadeiras de roda até os games *online*, o machismo permanece e a situação da liberdade das meninas segue sendo cerceada. Em sala de aula, podemos propor jogos colaborativos em vez de competitivos; trabalhar em grupos mistos de meninas e meninos; instigar as meninas aos esportes e aos jogos de estratégia, a jogar bola, a liderar grupos; encorajar os meninos a brincar de roda, a serem cuidadosos no brincar com quem quer que esteja ao seu redor. Para as crianças, a professora e o professor são figuras queridas, inspiradoras, a quem muitas delas quer dar orgulho. Elas querem essa conexão e aprovação, então imagine o quão poderoso pode ser escolher uma atividade que rompa as barreiras do patriarcado, que coloque em xeque o que "é brinquedo de menina e menino". A educação, como diria Freire, pode ser espaço de autonomia, de libertação, de criar uma consciência crítica de mundo, e as professoras e professores podem ser geradores desses *insights.* No campo dos jogos digitais, temos vários exemplares de games com temáticas históricas e de estratégia para pré-adolescentes e adolescentes como as séries *Age of Empires (1997)* e *Civilization* (1991), esta última que conta com seis edições e comemora trinta anos em 2021. Apesar de seguirem um modelo europeu, colonialista e linear em suas lógicas históricas e serem direcionados, em sua maioria, ao público masculino, educadoras e educadores podem apresentá-las e instigar o interesse das meninas para esses jogos. Assim, há a possibilidade de criar interação e cooperação entre meninas e meninos para que, juntos, possam jogar e aprender sobre os períodos históricos, criando e fazendo parte da evolução dos tempos.

Para as crianças, o famoso *Minecraft* (2011), que pode ser jogado de modo colaborativo e/ou competitivo, além de promover a criatividade. Meninas e meninos já gostam desse jogo, de modo que pode ser um aliado nos processos de construção de relações mais saudáveis entre os gêneros. *Overcooked* (2016) é outro exemplo interessante de jogo cooperativo, em que dois ou mais jogadores precisam cozinhar receitas na ordem dos pedidos. Ao mesmo tempo em que as crianças/jovens aprendem com a lógica da ordem das receitas, também precisam lidar com a agilidade de pensamento, por conta da passagem de tempo. O jogo acaba por auxiliar na organização do pensamento, do trabalho em grupo e de lideranças na coordenação da equipe como um todo.

Os jogos eletrônicos podem servir como ferramentas para trabalhar e desenvolver habilidades cognitivas, motoras, estimular a cooperação e trabalhar temas mais densos como a conscientização das questões de gênero e das diferenças. Jogos podem ser mais um lugar de representatividade, como no caso de *Dandara* (2018), um game brasileiro que tem como inspiração da personagem principal a guerreira negra Dandara dos Palmares. Estes são apenas alguns dos milhares de jogos disponíveis,

que, se bem utilizados, podem ser ferramentas incríveis.

Ainda assim, apesar de alguns avanços, há muito o que fazer, pois os jogos *online*, principalmente em alguns nichos específicos de jogos direcionados para o público masculino, são espaços extremamente machistas, violentos e excludentes para as meninas/mulheres e população LGBTTQIA+. Por isso, é importante pensar em estratégias que estimulem grupos de discussão e apoio no tema dos games que sejam antirracistas e antissexistas.

O brincar é parte importante do desenvolvimento infantil, é quando as crianças estimulam os sentidos, aprendem a usar os músculos, coordenam a visão com o movimento, adquirem habilidades. Através dos brinquedos e dos jogos elas têm a possibilidade de aprender habilidades matemáticas, de ampliar seu vocabulário, de expandir a criatividade, como nos jogos de "role play". A escola, através do brincar, pode ser espaço de reflexão e discussão sobre questões de gênero, raça e contra qualquer tipo de discriminação. As brincadeiras auxiliam na socialização e proporcionam novas maneiras de pensar e de desenvolver habilidades sociais. Apropriar-se dessas ferramentas pode abrir um mundo incrível de novas possibilidades para educadores, alunas e alunos pensarem juntos um mundo mais igualitário e justo.

Sites, Blogs e vídeos para inspirar

É muito importante obtermos caminhos orientadores sobre realidades já pesquisadas em relação às condições de vida das mulheres no Brasil. Alguns conteúdos são interessantes para ampliar nossa compreensão sobre temas diversos. Indicamos, aqui, alguns caminhos para a ampliação de pesquisas e estudos sobre mulheres no Brasil.

Vídeos e canais sobre temas feministas, de gênero e política

VIDA MARIA

Sobre as construções sociais do patriarcado e sobre o quanto as mulheres são vítimas desse modelo, destacamos aqui o curta-metragem *Vida Maria*. Curta-metragem brasileiro premiado, realizado com técnicas de animação, retrata bem a dura realidade de muitas gerações de mulheres brasileiras.
https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4

RITA VON HUNTY NO BLOG TEMPERO DRAG

É o ator, professor, Guilherme Terrerri Lima Pereira, com uma produção intensa de conteúdos feministas e críticos.
https://www.youtube.com/channel/UCZdJE8KpuFm6NRafHTEIC-g

TESE ONZE

O Tese Onze é um canal produzido e apresentado por Sabrina Fernandes, doutora em sociologia, feminista marxista e ecossocialista. Focado em apresentar contrapontos ao senso comum, trazer análises sobre sociologia e política e acumular bagagem para transformar o mundo.
https://www.youtube.com/c/TeseOnze

Blogs e sites de jornalismo com foco em discussões sobre gênero, raça e classe

Núcleo de Estudos Teológicos da Mulher na América Latina – NETMAL

O blog do Grupo de Estudos de Gênero e Religião Mandrágora-NETMAL tem o objetivo de conectar pessoas que atuam nas áreas que vinculam os estudos de gênero no campo da Teologia e da Religião. Nesse blog também está disponível a Revista Mandrágora.
http://mandragora-netmal.blogspot.com/

Gênero e Número

É uma empresa social que produz um jornalismo orientado por dados e análises sobre questões de gênero e raça, apresentando discussões e debates em busca de equidade. Trabalham a partir de uma linguagem gráfica, trazendo conteúdos de audiovisual, pesquisas, relatórios e reportagens.
https://www.generonumero.media

Blog Mulheres na Filosofia

É um blog organizado por pesquisadoras da Unicamp que tem por objetivo apresentar pensadoras ao longo da história para serem estudados nas escolas, nas praças, por quem se interessar por filosofia escrita por mulheres e teoria feminista.
https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/

Sites com dados sobre a realidade das mulheres no Brasil

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Criado no ano de 1937 e, desde então, apesar de algumas intercorrências, como o atual corte de verbas no ano de 2021, esse órgão de consultas de dados é fundamental. Há muitos dados disponíveis como a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, as PNDS. O IBGE possui a missão de identificar e analisar o território, contar a

população, mostrar como a economia evolui através do trabalho e da produção das pessoas, buscando revelar como elas vivem.
https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional/o-ibge.html

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE

Auxilia na sistematização de informações com fundamento científico sobre a realidade da vida das mulheres.
https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.pdf

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

Traz detalhamentos sobre dados com relação à violência de todos os segmentos, incluindo a violência contra as mulheres brasileiras.
https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia-2021completo.pdf
Também há dados sobre a realidade do trabalho na vida das mulheres, embora a última publicação refira-se ao ano de 2002.
https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4156

GELEDÉS - INSTITUTO DA MULHER NEGRA

ONG brasileira de mulheres negras que têm pauta contra o racismo e o sexismo. Tem como principal objetivo erradicar a discriminação presente na sociedade que afeta indivíduos com essas características, sem desencorajar a luta contra todas as restantes formas de discriminação, tais como a homofobia, a discriminação baseada em preconceitos religiosos, de opinião e de classe social. Seu nome deriva do conceito de Guelede, que tem como significado sociedades femininas na cultura ioruba. É uma das mais importantes ONGs sobre feminismo negro do Brasil e implementa diversas ações contra o racismo. Mantém uma plataforma online que disponibiliza diversos materiais sobre suas pautas de atuação.
https://www.geledes.org.br/

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF)

Organização Não Governamental com sede em São Paulo, fundada na década de 80, que faz parte do movimento de mulheres no Brasil e em âmbito internacional. Uma das principais contribuições da SOF está no campo da formação. Implementa atividades educativas no Brasil e também na América Latina, direcionadas a grupos diversos de mulheres, como mulheres rurais e urbanas, negras, indígenas e jovens, lideranças e ativistas de base, técnicas e técnicos de ONGs e outros órgãos públicos. A SOF possui em seu site diversos materiais formativos para download e também

realiza pesquisas sobre a realidade das mulheres.
https://www.sof.org.br/

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO

O Instituto Patrícia Galvão é uma ONG que atua na área dos direitos das mulheres e busca dar visibilidade a essas questões na mídia. Para o Instituto, a mídia é um espaço estratégico de incidência social e política para qualificar os debates sobre políticas públicas voltadas à promoção da igualdade e equidade de gênero. Por isso considera que o jornalismo tem um papel fundamental na ampliação e no aprofundamento do debate sobre questões que afetam a vida das mulheres brasileiras. Entre as atividades que o Instituto Patrícia Galvão desenvolve estão a realização de pesquisas nacionais e a promoção de campanhas publicitárias contra a violência doméstica, além da produção de eventos na área. Para dar agilidade aos seus propósitos, em 2009 o Instituto Patrícia Galvão criou a *Agência Patrícia Galvão,* que produz e divulga notícias, dados e conteúdos multimídia sobre os direitos das mulheres brasileiras.
https://agenciapatriciagalvao.org.br/

C.FÊMEA

É uma Organização Não Governamental feminista e antirracista, de caráter público e sem fins lucrativos. Foi fundada em Brasília, em julho de 1989, por um grupo de mulheres feministas que assumiram a luta pela regulamentação de novos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988.Tem como origem e foco principal o âmbito da política, implementando campanhas de ampliação da participação de mulheres nos espaços de poder, monitorando a implantação de políticas públicas, especialmente nas áreas de direitos sexuais e reprodutivos, no campo do trabalho e na luta pela igualdade racial.
https://www.cfemea.org.br/

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR

É uma Organização Não Governamental feminista que atua no Brasil desde 1993. Trabalha por justiça social, buscando o diálogo inter-religioso e a mudança dos padrões culturais e religiosos que cerceiam a autonomia e a liberdade das mulheres, especialmente no exercício da sexualidade e da reprodução. Trabalha pelo fim da violência contra as mulheres, por uma cultura de paz e de igualdade de gênero.
https://catolicas.org.br/

FUNDAÇÃO LUTERANA DE DIACONIA (FLD)

A FLD foi criada no ano de 2000 e seu trabalho se dá com grupos socialmente vulneráveis e comunidades empobrecidas, sem discriminação de etnia, gênero, convicção política ou credo religioso. Tem experiência de mais de 34 anos na área de desenvolvimento comunitário. Apoia grupos e projetos em todo o território brasileiro.
https://fld.com.br/

Desenvolve uma metodologia de prevenção à violência doméstica por meio do Projeto “Nem Tão Doce Lar”. https://fld.com.br/nem-tao-doce-lar/
A metodologia proporciona intervenções coletivas itinerantes, há 15 anos, em que as entidades que buscam parceria são apoiadas com toda logística para instalar uma típica casa familiar, com informações e imagens que denunciam a violência sofrida por mulheres, crianças e jovens. Cartilha do Projeto “Nem tão doce lar”: https://fld.com.br/wp-content/uploads/2021/05/LIVRETO-NEM-TA%CC%83O-DOCE--LAR.pdf

Editoras que trabalham com pautas relacionadas às temáticas feministas

EDITORA ELEFANTE

Editora criada em 2011 com o objetivo de publicar de forma solidária e coletiva livros que podem não despertar interesse comercial, mas que possuem inquestionável relevância social, política e cultural. A pauta feminista é uma de suas principais linhas editoriais.
https://elefanteeditora.com.br/

EDITORA LUAS

Criada em 2019, nasceu de um anseio coletivo por textos literários e teóricos/não ficcionais escritos por mulheres, na denúncia do machismo, do racismo, da misoginia, do feminicídio, mas também trazendo à tona temas importantes para as mulheres, como maternidade (consentida, compulsória), sexualidade, ciclo menstrual, sabedorias profundas e ancestrais, criatividade, entre outros temas de interesse.
http://editoraluas.com.br/

EDITORA MOSTARDAS

Busca, por meio da ferramenta livro, difundir e desenvolver o hábito da leitura, propondo a mudança na vida das pessoas, quebrando barreiras e preconceitos.
https://www.editoramostarda.com.br/

EDITORA EXPRESSÃO FEMINISTA

Coloca-se como um projeto político que visa transformar a realidade de mulheres dentro e fora das universidades. Uma editora feita por mulheres, com contribuições de mulheres para outras mulheres. As publicações, artigos e livros são disponibilizados com acesso livre e gratuito.
https://www.editoraexpressaofeminista.com.br

Revistas científicas direcionadas para o tema dos estudos feministas e de gênero

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS - REF

É um periódico que divulga cientificamente textos originais em português, inglês e em espanhol (artigos, ensaios e resenhas, sobre gênero, feminismos e sexualidades), que podem ser tanto relativos a uma determinada disciplina como a temas interdisciplinares. Vinculada atualmente ao Instituto de Estudos de Gênero, que agrega pesquisadoras oriundas de distintas áreas de conhecimento e atuação da UFSC.
https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/index

REVISTA CADERNOS PAGU

A revista publica resultados científicos inéditos de pesquisas, desde o ano de 1993. Vinculada ao Núcleo o Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP.
https://www.pagu.unicamp.br/es/cadernos-pagu

REVISTA COISAS DO GÊNERO

É uma publicação do Núcleo de Pesquisa de Gênero e do Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST, que publica pesquisas científicas, relatos de experiências, resenhas e entrevistas inéditas escritas em português e espanhol e traduzidas de outros idiomas.
http://revistas.est.edu.br/index.php/genero

REVISTA BAGOAS

Publica artigos resultantes de estudos teóricos e pesquisas empíricas sobre gênero, sexualidade, homossexualidade, destacando espaço para os estudos gays, nomeadamente as reflexões sobre o homoerotismo, lesbianidade, transexualidade, conjugalidades e parentalidades homossexuais, identidades LGBTTQIA+.
https://periodicos.ufrn.br/bagoas/Sobre_revista

Grupos de pesquisa certificados pelo Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq - desenvolvedores de pesquisas na temática e contatos

D'GENERUS: NÚCLEO DE ESTUDOS FEMINISTAS E DE GÊNERO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - UFPEL

PPGEDU
Líder: Marcia Alves da Silva
nucleogenerus@gmail.com
http://wp.ufpel.edu.br/dgenerus

SEXUALIDADES, GÊNEROS, FEMINISMOS - SEGEFES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
PPG-LETRAS
Líder: Erica Schlude Wels
eswels@letras.ufrj.br

GRUPO DE ESTUDOS DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO - GEERGE - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Líderes: Fernando Seffner e Jane Felipe de Souza
fernandoseffner@gmail.com
www.geerge.blogspot.com.br/

SEXUALIDADE E ESCOLA - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RIO GRANDE - FURG
PPGEDU
Líder: Paula Ribeiro
pribeiro.furg@gmail.com
www.sexualidadeescola.furg.br

OUTRAS - OBSERVATÓRIO TRANSDISCIPLINAR SOBRE FEMINISMO, POLÍTICA E MÉTODOS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
PPG-Ciências Políticas
Líder: Gleys Ially Ramos dos Santos
outras.feministas@gmail.com

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDO, PESQUISA E EXTENSÃO EM COMUNICAÇÃO, GÊNERO E FEMINISMOS - MARIA FIRMINA DOS REIS - Universidade Federal do Maranhão - UFMA
Centro de Ciências Sociais, Saúde e Tecnologia
Líderes: Michelly Santos de Carvalho e Leila Lima de Sousa
michellyscarvalho@gmail.com
http://jornalismo.ufma.br/

NÚCLEO DE PESQUISAS E ESTUDOS EM GÊNERO - NUPEGE - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE
Curso de História
Líderes: Alcileide Cabral do Nascimento e Andréa Bandeira Silva de Farias
alcileide.cabral@gmail.com

NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER - NEIM/Universidade Federal da Bahia - UFBA
Ciência Política
Líder: Maíra Kubík Taveira Mano
neim@ufba.br

NÚCLEO DE ESTUDOS HELEIETH SAFFIOTI: GÊNERO, SEXUALIDADES, FEMINISMOS - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO - UNIFESP
Sociologia
Líderes: Renata Cristina Gonçalves dos Santos e Cristiane Gonçalves da Silva
nehs.unifesp@gmail.com
www.unifesp.br/campus/san7/

NIEG - NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DE GÊNERO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA - UFV
Ciência Política
Líderes: Daniela Leandro Rezende e Cristiane Magalhaes de Melo
nieg@ufv.br
www.nieg.ufv.br

MATEMATIQUEER - ESTUDOS DE GÊNERO E SEXUALIDADES EM EDUCAÇÃO MATEMÁTICA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
Educação
Líder: Agnaldo da Conceição Esquincalha
agnaldo@im.ufrj.br
https://linktr.ee/MatematiQueer

LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO EM CORPO, GÊNERO E SUBJETIVIDADE NA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
Educação
Líderes: Maria Rita de Assis César e Priscila Piazentini Vieira
labincgs@gmail.com

GRUPO DE PESQUISA FRIDA KAHLO - ESTUDOS DE GÊNERO, FEMINISMOS E SERVIÇO SOCIAL - UFAL
Serviço Social
Líderes: Andréa Pacheco de Mesquita e Maria Olivia da Silva Monteiro
andreapacheco@fsso.ufal.br

GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO, ÉTNICO-RACIAIS, GERACIONAL, MULHERES E FEMINISMOS - GERAMUS - UFMA
Serviço Social
Líder: Silvane Magali Vale Nascimento
geramus.ufma@gmail.com

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO E FEMINISMO (GEF) – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
Serviço Social
Líderes: Mirla Cisne Álvaro e Fernanda Marques de Queiroz
mirlacisne@gmail.com

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM FILOSOFIA, EDUCAÇÃO, GÊNERO E MOVIMENTOS SOCIAIS - DANDARA - INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO - IFMA
Sociologia
Líderes: Erika Felipe de Albuquerque e Carlos Wellington Soares Martins
erika_albuquerque@ifma.edu.br

GRUPO DE ESTUDO, PESQUISA E OBSERVATÓRIO SOCIAL: GÊNERO, POLÍTICA E PODER – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM
Antropologia
Líderes: Iraildes Caldas Torres e Artemis de Araujo Soares
iraildes.caldas@gmail.com
http://www.gepos.com.br

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA HISTÓRIA, GÊNERO E AMÉRICA LATINA - UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ - UVA-CE
História
Líder: Gleidiane de Sousa Ferreira
gleidiane_sousa@uvanet.br

GÊNERO, FEMINISMOS E SEXUALIDADES - GEFES – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARÁ - UEPA
Sociologia
Líderes: Lana Claudia Macedo da Silva e Izabel Cristina Borges Correa Oliveira
gefes@gmail.com

GEEP - GRUPO DE PESQUISA EM GÊNERO, ÉTICA, EDUCAÇÃO E POLÍTICA - UNIVERSIDADE DO PAMPA – UNIPAMPA
Serviço Social
Líderes: Jaqueline Carvalho Quadrado e Lauren de Lacerda Nunes
jaquelinequadrado@unipampa.edu.br

DOBRA - GRUPO DE PESQUISA EM ARTE, SUBJETIVIDADE, EDUCAÇÃO E DIFERENÇA – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - UEM
Educação
Líder: Roberta Stubs Parpinelli
robertastubs@gmail.com

DIREITO E SEXUALIDADE - UFBA
Direito
Líder: Leandro Reinaldo da Cunha
direitoesexualidade@gmail.com

COLETIVO ANGELA DAVIS: GRUPO DE PESQUISA EM GÊNERO, RAÇA E SUBALTERNIDADE
Antropologia - Centro de Artes e Letras
Líderes: Angela Lucia Silva Figueiredo e Denize de Almeida Ribeiro
coletivoangeladavis@gmail.com
https://www.facebook.com/coletivoangeladavis/

BELA, RECATADA E DO LAR: NÚCLEO SOBRE GÊNERO, IDENTIDADE E FEMINISMO - BELAS – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF
Ciência Política
Líderes: Priscila Erminia Riscado e Andres Del Río
priscilariscado@gmail.com
http://www.iear.uff.br/

NÚCLEO DE PESQUISA DE GÊNERO E RELIGIÃO - FACULDADES DA ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
Teologia
Líder: Marcia Blasi
genero@est.edu.br
http://www.est.edu.br/conheca-a-est/programa-de-genero-e-religiao/

EDUCAÇÃO, GÊNERO E TRABALHO ARTESANAL - PONTIFICIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL - PUCRS
Educação
Líderes: Edla Eggert e Aline Lemos da Cunha Della Libera
edla.eggert@gmail.com

FINALIZAR PARA ABRIR O CADEADO

As reflexões relacionadas com a experiência de conviver com perguntas inquietantes sobre os ensinamentos sexistas automatizados nas experiências docentes e na vida como um todo incomodam. E as ideias trazidas nesse livro não finalizam e muito menos concluem indagações, mas precisam ser mantidas em processo.



Fonte: Foto de ZIBIK por Artem Beliaikin.

Afinal, como responder à pergunta do título do nosso livro? Talvez com outras perguntas, como tentamos fazer ao longo do nosso texto. Se o amor tudo crê e tudo suporta, por que tantas reações violentas na vida cotidiana de homens sobre mulheres “só” porque retornam aos estudos depois de já terem criado seus filhos? Por que eles não suportam constatar que suas companheiras, ao resolverem retornar a estudar, voltam da escola para suas casas com o brilho no olhar, o brilho da curiosidade descobridora por conhecer mais? Que imaginário é esse que permite a eles “perderem a cabeça”, tornarem-se violentos, abusadores, cerceadores, controladores do ir e vir delas? Por que se sentem ameaçados com a alegria do conhecimento que elas passaram a ter de si mesmas?

Por que o amor tem que ser suportado? Se o companheiro não fica feliz com as conquistas de sua esposa, se não a impulsiona a crescer, por que ela segura e mantém o amor em suas mãos? Por que não abrir o cadeado? Entre tantas perguntas a serem feitas e respostas que podemos pensar, algumas são pensamento mágico, machismo, patriarcado e amor romântico. Enquanto nós, como sociedade, seguirmos educando as meninas como "guardiãs do amor", donas dos afetos, responsáveis pelas relações amorosas à sua volta, é muito provável que seguirão polindo seus cadeados e suportando os pesos do amor. Precisamos seguir criando estratégias que combatam essa educação amorosa patriarcal. É importante que as mulheres criem consciência crítica sobre os cativeiros que compartilham com outras mulheres para que digam não à servidão voluntária.

O amor não precisa tudo suportar. Podemos dividir o peso e aí fica mais leve de carregar. A educação pode auxiliar na construção de pontes para o autoconhecimento com consciência de classe, raça e gênero. Quanto mais as mulheres (re) conhecem seu papel na construção histórica da humanidade mais conhecem a si mesmas, e passam a ter a chance de crer primeiro em si para depois refletir sobre o que aprendem com os outros.

Dar e receber amor é algo muito bom, e que não restem dúvidas de nossa crença de que ele pode ser leve e vivido em parceria. Com o amor devem caminhar o diálogo, o respeito, a cooperação e a liberdade de ser quem se é. Relações de amor pautadas nesse modelo ainda são desafios que estamos construindo como sociedade. O amor como fonte de problema acontece no momento em que se transforma em trabalho não pago, em responsabilidade não compartilhada, ficando, na maior parte do tempo, na mão das mulheres. Relações amorosas podem ser fontes de prazer e crescimento, mas também podem ser espaço de sofrimento e desgaste. Por isso a importância de uma educação e socialização que trabalhe a igualdade de gênero desde a infância.

Na vida adulta, os grupos de mulheres são espaços incríveis de trocas, que geram empatia, identificação e reconhecimento. Mulheres compartilham a experiência do cansaço, do gasto de energia vital, das dificuldades de seus companheiros em compreender que o trabalho doméstico também lhes compete. Trocam saberes e angústias sobre a maternidade e sobre a falta de tempo para si. Uma das chaves da libertação do cativeiro pode estar nesses encontros, nos aprendizados e na convivência com as outras companheiras.



Um cadeado só tem sentido se tiver chave. Sem a chave, perde sua potência de abrir e fechar, de permitir a saída e a entrada. Quem permanece cativa ou cativo e sem chave perde potência, desenvolve a dependência vital que exige dos outros o que não realiza em si.

Sabemos que os cativeiros, uma vez identificados, percebidos e destacados, por meio de chaves hermenêuticas, não sumirão, mas, ao serem nomeados, poderão ser encarados como ação conscientizadora. Tomamos distância para refletirmos sobre nós mesmas. Podemos, por exemplo, fortalecer a ideia de que todos compõem a manutenção da vida dentro e fora de casa e de que, portanto, todos, todes e todas aprendemos a lembrar as sistemáticas da vida ordinária. Colocar o lixo para fora, tratar o lixo orgânico, lavar e dobrar a roupa, aprender a cozinhar, enfim: cuidar de si, das outras pessoas e seres vivos que compõem a casa e o planeta. Devemos encontrar a chave hermenêutica que abre o cadeado sobre o entendimento de que lavar e estender a roupa não deve ser algo que precisa ser lembrado no trajeto das curvas femininas. Uma vez feito esse exercício de percepção de processos que encadeiam e denunciam circuitos da dependência vital, é possível que possamos estabelecer outras formas de organizarmos a vida privada que passem pelo debate político.

Todo mundo deve cumprir com esse esperado da vida ordinária e, quem sabe, possamos respirar aliviadas ao repor nossas energias vitais compartilhando as responsabilidades da vida cotidiana com nossos parceiros e parceiras de vida.

Se, como apresentamos ao longo do texto, o patriarcado possui aproximadamente em torno de quatro mil anos, podendo até ser um pouco mais, porém a humanidade moderna possui aproximadamente cem mil anos, então o que são quatro mil anos perto de cem mil?

Nosso convite é (re)pensar sobre os aspectos culturais que a humanidade construiu, constrói, desconstrói e reconstrói no campo das relações de gênero, em especial na socializações que são (re)produzidas na manutenção do sexismo. Esses aspectos perpassam o mundo da Educação. Ter presente essa noção de tempo e historicidade contribui para que tenhamos esperança, mas também cautela e perspicácia. É preciso estar atenta para a postura ingênua que alimenta nosso bom e velho pensamento mágico, direcionador da espera por um salvador, um príncipe, alguém que nos tire das dúvidas, do medo e da inércia.



REFERÊNCIAS

ARBEX, Daniela. **Holocausto brasileiro:** vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial; 2013.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENSUSAN, Hilan. Observações sobre a libido colonizada: tentando pensar ao tentando pensar ao largo do patriarcado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12 vol. 1, p. 131-155, janeiro-abril, 2004.

CALDEIRA, Cleusa. Hermenêutica negra feminista: um ensaio de interpretação de Cântico dos Cânticos 1.5-6. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 21, vol. 3, p. 1189-1210, set.-dez/2013. Acessível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/v9Zjmt8XzN8DmFSyZCcNsKg/?lang=pt&format=pdf.

CAMPAGNARO, Sara; EGGERT, Edla (Orientadora**)**. **Mulheres e a madresposa que há em nós: a educação para o amor romântico**. 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2019.

CARDOSO, Claudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014. Acessível em https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Ed. Pólen, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro. *In*: HOLLANDA, Heloísa B. de. **Movimento Feminista Brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p.271-289.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? *In*: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu (org.). **A produção do viver**: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003. p.11-49.

COLASANTI, Marina. **A moça tecelã**. São Paulo: Global, 2004.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio. **Dicionário Crítico de Gênero.** Dourados: UFGD, 2015.

CRENSHAW, Kimberle W. A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero. *In*: VV.AA. **Cruzamento:** raça e gênero**.** Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEIFELT, Wanda. Os primeiros passos de uma hermenêutica feminista: a Bíblia das Mulheres, editada por Elisabeth Cady Stanton. **Revista Estudos Teológicos**, vol. 32, n.1, p.5-14, 1992. Acessível em: https://core.ac.uk/download/pdf/276540175.pdf.

EGGERT, Edla; PAIXÃO, Márcia. A retomada do conceito de opressão por meio dos *cativeiros das mulheres* de Marcela Lagarde – questões para debate. **Revista Labrys,** études **féministes**/ **estudos feministas**, n. 22, julho/dezembro 2012. Acessível em: https://www.labrys.net.br/labrys22/pages/editorialbr.htm.

EGGERT, Edla. A mulher e a educação: possibilidades de uma releitura criativa a partir da hermenêutica feminista. **Revista Estudos Leopoldenses** – Série Educação, São Leopoldo: Unisinos, vol.3, n.5, 1999, p.19 – 28.

EGGERT, Edla; RODRIGUES, Alexnaldo. Jean Jacques Rousseau e a herança da naturalização da exclusão das mulheres na cidadania. **Rev. Educ. Perspectiva**. v. 9 n. 3 p.773-792. set./dez. 2018. Disponível em: https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/7099.

ENGELS, Friedrich [1884]. **A origem da família, da propriedade privada e do estado.** Tradução Nélio Schneider, São Paulo: Boitempo, 2019

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**. vol. 1. São Paulo: Boitempo, 2021.

FERNANDES, Fernanda. **A história da Educação feminina**. 2019. Disponível em: http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/14812-a-história-da-educação-feminina.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**. Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Mello e Silva, 3.ed. São Paulo:

Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não:** cartas a quem ousa ensinar. 8. ed. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

GEBARA, Ivone. **Mulheres, religião e poder.** São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

GEBARA, Ivone. **O que é cristianismo**. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos).

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as Rosas Negras**. São Paulo: UCPA Editora, 2018.

GONZALEZ, Lélia. A mulher Negra na Sociedade Brasileira. *In*: LUZ, Madel Therezinha (org.). **O lugar da mulher:** estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Revista Tempo Brasileiro***,* Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In*: SILVA, L. A. *et al*. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje***,* Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

HARDY, Sara Blaffer. **Mãe natureza** - uma visão feminina da evolução: maternidade, filhos e seleção natural. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

HENRIQUES**,** Fernanda. Concepções filosóficas e representações do feminino: Subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 89, 2010, 11-28. Acessível em: https://doi.org/10.4000/rccs.3661

HIRATA, Helena; LAORIE, Francoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. Coordenação da tradução Vivian Aranha Saboia. São Paulo: UNESP, 2009.

hooks, bell [Gloria Jean Watkins]. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução de Ana Luiza Libânio. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma ameaça à "família natural"? *In*: RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org.). **Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade**. Rio Grande:

Ed. FURG, 2017. p. 25-42.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (org.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LA BOÉTIE, Étienne. **Discurso sobre a servidão voluntária**. Tradução: Evelyn Tesche. São Paulo: Edipro, 2017.

LAGARDE Y DE LOS RIOS, Marcela. **Los cautiverios de las mujeres:** madresposas, monjas, putas, presas y locas. 4. ed. México: UNAM, 2005.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **Claves feministas para la negociación en el amor.** Manágua: Punto de Encuentro, 2001.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **El feminismo en mi vida**: hitos, claves y topías. DF, México: Instituto de las Mujeres, 2012.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEWIS, Clive Staples. **Os quatro amores**. Tradução de Estevan Kirschner. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LIMA, Lana Lage da Gama.; SOUZA, Suellen André. Verbete Patriarcado. *In*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de g**ênero. 2.ed. Dourados, MS: Ed. Universidade Federal da Grande Dourados, 2019. p. 518.

MACEDO, Ana Gabriela; AMARAL, Ana Luísa. **Dicionário da crítica feminista.** Porto: Edições Afrontamento, 2005.

MARQUES, Jamyle Massim; EGGERT, Edla (orientadora). **O cinema como instância educativa e sua influência no empoderamento e na representação da mulher**: uma análise do filme Capitã Marel. Dissertação (Mestrado) PPGEdu, PUCRS, Porto Alegre, 2021.

MUSSKOPF, André S. **Teologia feminista e de gênero na Faculdades EST**. A construção de uma área do conhecimento. São Leopoldo: CEBI, 2014.

PAIXÃO, Márcia; EGGERT, Edla. A Hermenêutica Feminista como suporte para pesquisar a experiência das mulheres. *In*: EGGERT, Edla (org.). **Processos educativos no fazer artesanal de mulheres do Rio Grande do Sul.** Santa Cruz do Sul: EDU-

NISC, 2011. [Recurso eletrônico]. Disponível em: https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/1833.

PAPALINI, Vanina. Libros de autoayuda: Biblioterapia para la felicidad. **Athenea Digital,** 19, 147-169, 2010. Disponível em: http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/722.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Consciência e realidade nacional**. A consciência ingênua. São Paulo: Contraponto, 2020. Vol.1.

RATTS, Alex (org.). **Eu sou atlântica**: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa oficial/Instituto Kuanz, 2006.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

ROUSSEAU, Jean Jaques. **Emílio, ou da Educação**. Tradução Laurente de Saes. São Paulo: Edipro, 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Ed. Moderna, 1987.

SCAVONE, Lucila. Prefácio à edição brasileira. *In*: HIRATA, Helena; LAORIE, Francoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. Coordenação da tradução Vivian Aranha Saboia. São Paulo: UNESP, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SILVA, Márcia Alves da; Edla Eggert (Orientadora). **Alinhavando, bordando e costurando…** possibilidades emancipatórias de trajetórias de trabalho de mulheres artesãs em cooperativa popular de Pelotas. 2010. Tese (Doutorado em Educação)- PPGEdu UNISINOS, São Leopoldo, 2010.

SOUZA, Jane Felipe. **A idealização do amor romântico:** um caminho para os maus tratos emocionais. Aula pública no Curso de Extensão A história que temos, a escola que queremos - Curso de formação de articuladoras de práticas pedagógicas. Unipampa, 2021. Disponível em: https://bit.ly/CursoMulheresUnipampa.

SOUZA, Raquel Luciana de. De Chica a Helena: Representações de gênero, raça e violência simbólica na mídia brasileira. **Pambazuka News**. 2009. Disponível em: https://www.pambazuka.org/pt/global-south/de-chica-helena-representações-de-gê-

nero-raça-e-violência-simbólica-na-m%C3%ADdia-brasileira. Acesso em: 09 de ago. 2021.

TORRIANI, Betina Dias; Edla Eggert (Orientadora). **Patriarcado atualizado**: uma análise da campanha religiosa conservadora ao gênero na educação. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação)- PPGEdu PUCRS, Porto Alegre, 2020.

WOLLSTONECRAFT, Mari. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução Ivania Pocinho Motta. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOBRE AS AUTORAS



Edla Eggert é pedagoga, professora na Escola de Humanidades da PUCRS. É Mestre em Educação e Doutora em Teologia. Pesquisadora bolsista do CNPq 1C. Pesquisa e ensina temas na área da Educação que envolvem o mundo da vida das mulheres, suas histórias e seus aprendizados. É líder do Grupo de Pesquisa Educação, Gênero e Trabalho Artesanal - GrEGTA, do CNPq.

E-mail: edla.eggert@gmail.com



Márcia Alves é socióloga, professora universitária e atua com formação de professoras há 18 anos. É Mestre, Doutora e Pós-Doutora em Educação. É docente e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas. Trabalha com ensino, pesquisa e extensão nos seguintes temas: estudos de gênero e teoria feminista, epistemologias descoloniais, narrativas e histórias de vida, educação popular. Participou da equipe da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel (2014 e 2016) sendo fundadora e coordenadora do Observatório de Gênero e Diversidade da UFPel nesse período. É líder do Grupo de Pesquisa D'Generus: Núcleo de Estudos Feministas e de Gênero, do CNPq.

E-mail: profa.marciaalves@gmail.com



Sara Campagnaro é psicóloga, psicoterapeuta existencial e docente do curso de Psicologia da Faculdade Estácio de Curitiba. Mestra em Educação e Especialista em Psicologia Fenomenológico-Existencial. Também é fundadora e coordenadora do grupo de estudos "Psicologia & Feminismo"; suas áreas de pesquisa são: mulheres, gênero, teorias feministas, amor, relações amorosas e existencialismo de Sartre e de Simone de Beauvoir.

E-mail: psicologacuritiba@gmail.com



As **mulheres** têm aprendido ao longo da história a serem cordatas, alegres, recatadas, trabalhadeiras e solícitas, entre muitos outros predicados. A família nuclear que conhecemos hoje é a primeira educadora desses moldes e, na sequência, temos a **escola** que reforça a postura frente ao modo como a vida deve ser conduzida nos parâmetros do controle patriarcal. O **amor romântico** é o elo de entrega e doação que confunde as mulheres quando simultaneamente consomem sua energia vital entre a dedicação ao lar e à vida pública. O livro está pensado para docentes, em especial da **Educação Básica**, em forma de reflexões relacionadas com a experiência de con-viver com perguntas inquietantes sobre os ensinamentos sexistas automatizados nas experiências docentes.

CAPES

EDUNISC